



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Graduação em Psicologia

**Violência de Gênero e seus Dispositivos:
Uma Análise Articulada à Distopia “O Conto da Aia”**

Marina Moreira Antonucci de Carvalho

Brasília
Dezembro de 2019



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Graduação em Psicologia

**Violência de Gênero e seus Dispositivos:
Uma Análise Articulada à Distopia “O Conto da Aia”**

Marina Moreira Antonucci de Carvalho

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB como requisito parcial à conclusão do Curso de Psicologia.

Professora orientadora: Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Brasília
Dezembro de 2019



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Graduação em Psicologia

Folha de Avaliação

Autora: Marina Moreira Antonucci de Carvalho

Título: Violência de Gênero e Seus Dispositivos: Uma Análise Articulada à Distopia “O Conto da Aia”

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Flávia do Amaral Madureira

Prof^a. Dr^a. Valéria Mori

Prof^a. Camila Moraes

Brasília – DF
Dezembro de 2019

Agradecimentos

Gostaria de agradecer:

Primeiramente, à minha mãe, Acacy Moreira Soares. É ela quem torna tudo possível, sempre. Por me ensinar tudo que eu sei sobre ser uma mulher forte, criativa e acreditar que, através do sonho e do trabalho duro, tudo pode ser possível!

Ao meu pai, Marcio de Carvalho, por ser sempre uma presença doce em meu coração e minhas lembranças, sempre me inspirando a ser a Marina que ele sonhou em ter como filha.

Ao meu padrasto, Luiz Antônio Catiguá, pelo carinho e pelo suporte constante durante todos esses anos, sempre acreditando no meu potencial.

Aos meus amigos e colegas de curso, que tornaram cada um dos meus dias mais transformadores e significativos nesta caminhada. Obrigada pela troca, pelo suporte mútuo e por compartilharem este sonho comigo. Em especial, um agradecimento à Thiago, Beatriz, Renan, Beto, Isabela, Andressa, Larissa, Juliana, Leandro e Ana Carolina.

Aos meus grandes amigos fora do curso de Psicologia, que também sempre acreditaram em mim, no meu potencial e no meu amor por essa profissão, sempre repetindo o quão capaz eu seria de chegar até o final e me inspirando, com sua confiança, a ser uma melhor profissional. Em especial, um agradecimento à Fernanda, Igor, Laura, Roberta, Ana Chein, Filipe, Mariana e Ana Dytz.

Aos/As professores/professoras incríveis, que foram grandes inspirações. Como filha de uma professora, não posso deixar de reconhecer sempre, a nobreza desta profissão. Obrigada por contribuírem para a minha formação e me inspirarem na minha amada profissão. Não posso deixar de agradecer em especial a professora Francielly, pela doçura imensurável e por ser suporte para além do que tange a sala de aula.

Por último, mas não menos importante, fica o meu grande agradecimento à minha professora orientadora, Ana Flávia do Amaral Madureira. A vida nos proporciona encontros, e esses encontros nos transformam. Ter tido a oportunidade de ser sua orientanda durante estes anos me transformou como pessoa, abrindo novas visões de mundo, me inspirando a seguir novos modos de ser. E aqui estou hoje, como uma nova profissional, mas também como uma nova mulher. Ana, mais do que uma profissional admirável, você é uma pessoa cativante, e tão humana! Obrigada por toda a confiança depositada em mim durante toda a nossa caminhada. Obrigada pela energia e todo o suporte emocional, tão imprescindível neste momento desafiador. Você me apresentou uma luta pela qual eu me apaixonei. Espero poder ser uma profissional apaixonada, assim como você!

“Nolite te bastardes carborundorum.”

“Não deixe que os bastardos te oprimam”
(tradução minha)

Atwood, 1986.

Sumário

Resumo	vii
Introdução	1
Objetivo Geral	6
Objetivos Específicos	6
1. A Formação das Identidades e as Tecnologias de Gênero	7
2. Significações Atribuídas do Feminino em uma Cultura Patriarcal	13
3. Instituições Sociais, a Cultura do Estupro e os Papéis de Gênero	21
4. A Repressão Violenta em Relação às Identidades Sexuais Não Hegemônicas: Sexismo e Heteronormatividade em Discussão	27
5. Metodologia	34
5.1 Participantes	35
5.2 Materiais e instrumentos	36
5.3 Procedimento de construção de informações	37
5.4 Procedimento de análise	38
6. Resultados e Discussão	40
6.1 Violência de gênero e seus dispositivos na sociedade brasileira atual	40
6.2 Fundamentalismo religioso e relações de poder: questões de gênero em foco	47
6.3 Saúde mental e questões de gênero	52
Considerações Finais	58
Referências Bibliográficas	60
Anexos	70
Anexo A	71
Anexo B	74
Anexo C	78

Resumo

A presente Monografia busca analisar alguns dos dispositivos da violência de gênero e sua forma de manifestação na sociedade brasileira atual, de forma articulada ao cenário distópico da obra de Margaret Atwood, “O Conto da Aia”. A escolha da utilização da obra literária em questão teve o intuito de estimular um exercício de reconhecimento crítico da influência de significados culturais associados ao ‘ser homem’ e ao ‘ser mulher’ no cenário da sociedade brasileira atual. A base teórica adotada ancorou-se nas contribuições da Psicologia Cultural e dos estudos de gênero. Quanto à metodologia, a pesquisa é baseada na metodologia qualitativa. Foi realizada uma sessão de grupo focal com cinco estudantes de Psicologia, entre 18 e 35 anos, a partir do 4º semestre de diferentes instituições de ensino superior do Distrito Federal. Para analisar e interpretar as informações construídas, foi utilizada a análise de conteúdo temática. Os resultados demonstram que o conteúdo apresentado na obra distópica pode parecer distante da realidade, mas muitos mecanismos de controle e de poder, podem vir a se manifestar na sociedade brasileira atual, de formas muito semelhantes à distopia. Espaços, valores, características e comportamentos tidos como naturalizados e atribuídos ao feminino, geram desigualdades nas relações entre homens e mulheres, e denunciam um cenário social alarmante e violento.

Palavras chave: Questões de Gênero; Violência de Gênero; Instituições Sociais; O Conto da Aia; Margaret Atwood

Introdução

A partir de um olhar atento para os desdobramentos atuais das relações entre o masculino e o feminino, o presente trabalho busca desenvolver reflexões críticas no sentido de compreender as implicações da violência de gênero, abordando diferentes dimensões dos dispositivos desta violência, e de que forma eles se manifestam e se mantêm na sociedade brasileira atual. A partir do tema delimitado, voltado para a análise e compreensão da violência de gênero, advinda da hierarquização entre os gêneros, de forma articulada à obra literária distópica, “O Conto da Aia”, de autoria de Margaret Atwood, pretende-se investigar: Quais são os dispositivos sociais que contribuem para a manutenção de relações violentas entre os gêneros? Como estes dispositivos se manifestam?

A partir dos valores instituídos pelo patriarcado, há a atribuição de maior importância às atividades socialmente tidas como masculinas, estabelecendo uma supremacia. A partir disso, foi legitimado, socialmente, o controle do corpo e da sexualidade feminina, estabelecendo papéis sociais e sexuais em que o gênero masculino possui maiores prerrogativas, apenas pelo fato de ‘ser homem’ (Mariano, 2016). Ainda segundo esta autora, em um modelo de sociedade patriarcal, por ser excessivamente enfatizada a autoridade do homem em relação à mulher, situações violentas podem se manter por conveniência do próprio sistema, em prol de um funcionamento tido como ‘ideal’ (Mariano, 2016).

Mas quais as consequências deste funcionamento ‘ideal’? O que faz alguém ‘ser mulher’ de uma forma ideal? O que acontece com aqueles que não são mulheres ou homens de “verdade”?

A escolha da utilização da obra literária de Margaret Atwood vem, justamente, para estimular um exercício de reconhecimento crítico das influências desses significados

culturais associados ao ‘ser homem’ e ao ‘ser mulher’ no cenário da sociedade brasileira atual. A obra “O Conto da Aia”, de autoria de Margaret Atwood, faz parte do gênero literário ficção científica de caráter distópico, no entanto, em uma vertente nomeada pela própria autora de “ficção especulativa”: “(...) para mim, ficção especulativa significa enredos que descendem [de] coisas que realmente poderiam acontecer, mas ainda não tinham acontecido completamente quando os autores escreveram os livros” (Atwood, 2012, p. 6).

A história mostra uma sociedade que vive sob a opressão de um governo autoritário ditatorial teocêntrico. Em consequência de doenças, desastres ecológicos e acidentes radioativos, várias mulheres ficam estéreis e a principal preocupação do novo governo é a reversão da baixa taxa de natalidade. Com essa finalidade, as mulheres são divididas em diferentes categorias sociais sendo elas, de forma hierárquica, as Tias, as Esposas, as Marthas, as Econoesposas, as Aias e as Não-Mulheres. Cada categoria possui uma função específica, sempre podendo ser ligada à alguma atribuição do que é ‘ser mulher de verdade’, assim como a expressão: “Bela, Recatada e do Lar”.

Unindo a concepção de que as identidades são fruto de produções sociais às características distópicas da obra, se percebe a construção do que discutiremos, posteriormente, como sendo um *script* cultural para a performance social de cada gênero. Esse *script* é feito a partir dos valores morais de uma forte cultura patriarcal rígida e impermeável (Lima, 2017). Esta inflexibilidade resulta em diferentes formas de violência contra possíveis transgressores/as. Estas violências podem ser percebidas, por exemplo, na sociedade brasileira.

A violência contra a mulher se manifesta de uma forma tão significativa na sociedade brasileira que, segundo dados do Mapa da Violência 2015, a média anual é de 4,8 assassinatos femininos em cada 100 mil mulheres, que ocorrem desde 2013, colocando o

Brasil na 5ª posição entre os países com maior índice de homicídios femininos, no ranking de 84 nações. Em uma década, de 2003 a 2013, mais de 100 mil mulheres foram assassinadas no Brasil (Waiselfisz, 2015).

Segundo Garcia, Freitas, Silva e Hofelmann (2015), o movimento feminista utiliza o termo feminicídio para referir-se à morte de uma mulher causada exclusivamente pelo fato dela ‘ser mulher’ (significados e posições culturalmente esperadas para o feminino na sociedade). Cabe valorizarmos o crescente reconhecimento do termo ‘feminicídio’ por outros setores da sociedade, para além do movimento feminista, como pela mídia, por exemplo. Inclusive, na esfera legal, a Lei 13.104, de 9 de março de 2015 altera o art. 121 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

A atuação e as reivindicações da militância feminista criaram as condições históricas, políticas e culturais necessárias ao reconhecimento da legitimidade e da gravidade da questão, aliando-se a esforços acadêmicos para dar visibilidade sociológica a essa violência entre os muros universitários, entre os governos e no seio da sociedade civil (Almeida, 2014, p.329).

No artigo “Estimativas corrigidas de Feminicídio”, de autoria de Garcia, Freitas, Silva e Hofelmann (2015), foi apurada a ocorrência de 5722 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 477 a cada mês, 16 a cada dia, ou uma a cada 1h32m, no período de 2009 a 2011 no Brasil.

Já a partir do exposto no “Atlas da Violência 2019”, houve um crescimento de 30,7% no número de homicídios de mulheres no Brasil entre 2007 e 2017. A expressão máxima

da violência contra a mulher é o óbito, tornando ainda mais pertinente e relevante a discussão sobre a causa dessas mortes: o que significa ser mulher, a partir dos tipos de relações estabelecidas entre os gêneros.

É relevante, então, esclarecer porque é significativa a articulação da presente Monografia com a obra literária de Margaret Atwood. A forma como a feminilidade, a masculinidade e os dispositivos institucionais que são representados na narrativa, demonstrando uma cultura predominantemente patriarcal e conservadora, formam uma combinação muito parecida, apesar de exacerbada, em relação a sociedade na qual estamos inseridos/as.

Em um artigo escrito para o jornal estadunidense *The New York Times*, Atwood declarou que ao escrever “O Conto da Aia”, fez questão de que para tudo houvesse um antecedente real: “Uma das minhas regras foi que eu não botaria nenhum evento no livro que já não tivesse acontecido (...). Sem dispositivos imaginários, sem leis imaginárias, sem atrocidades imaginárias. Deus está nos detalhes, eles dizem. O Diabo também está.” (Atwood, 2017).¹ Na intenção de construir articulações entre a literatura, produções acadêmicas e a realidade atual, esta pesquisa pretende, portanto, explorar contribuições da Psicologia Cultural e estudos ancorados na perspectiva de gênero, na análise do fenômeno da violência de gênero.

A minha trajetória dentro da Psicologia me alerta para a urgência do investimento na realização de mais pesquisas sobre as questões gênero, no sentido de promover um olhar mais crítico para os contextos sociais em que estamos inseridos/as.

¹ No original: One of my rules was that I would not put any events into the book that had not already happened (...). No imaginary gizmos, no imaginary laws, no imaginary atrocities. God is in the details, they say. So is the Devil. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/03/10/books/review/margaret-atwood-handmaids-tale-age-of-trump.html> Acessado em: 09 de Setembro de 2019.

Assim, podemos contribuir com a desconstrução de ideias, opiniões, estereótipos e valores que sejam deterministas e essencialistas. Ser transformada, assim, tem sido um privilégio para mim. Já são anos me debruçando sob temas de pesquisa relativos às questões de gênero, sob a orientação da professora Ana Flávia Madureira, e tenho a convicção no poder de transformação e de promoção de um protagonismo pessoal, uma vez que se entra em contato, de uma forma intensa e crítica, com os conteúdos aqui trabalhados. Então, a seguir, apresenta-se como o presente trabalho está fundamentado.

A primeira seção teórica da presente Monografia, “A Formação das Identidades e as Tecnologias de Gênero”, aborda questões relacionadas aos mecanismos culturais de delimitação das identidades sociais, especialmente as de gênero. Na segunda seção teórica, “Significações Atribuídas ao Feminino em uma Cultura Patriarcal”, abordar-se-á os significados socialmente construídos e atribuídos ao feminino, considerando os contextos culturais e históricos em que essas identidades emergem.

Na terceira seção, intitulada “Instituições Sociais, a Cultura do Estupro e os Papéis de Gênero”, abordar-se-á o papel de instituições sociais, como família e igreja, na manutenção da hierarquização entre os papéis socialmente estabelecidos como masculinos e femininos e a relação com a chamada ‘cultura do estupro’. Por fim, a quarta seção teórica, “A Repressão Violenta em Relação às Identidades Sexuais Não Hegemônicas: Sexismo e Heteronormatividade em Discussão”, busca explorar o posicionamento de identidades tidas como marginalizadas por não corresponderem ao sistema binário de gênero e à heteronormatividade.

Em seguida, há a descrição da metodologia utilizada. Posteriormente, na seção de “Resultados e Discussão”, apresenta-se as informações construídas na pesquisa de campo de forma articulada às discussões teóricas desenvolvidas na pesquisa. Por fim, nas

“Considerações Finais”, estão algumas reflexões finais a respeito da temática abordada. São apresentados, a seguir, os objetivos da pesquisa.

Objetivo Geral

- Analisar alguns dos dispositivos da violência de gênero e sua forma de manifestação na sociedade brasileira atual, de forma articulada ao cenário distópico da obra de Margaret Atwood, “O Conto da Aia”.

Objetivos Específicos

- Analisar implicações do patriarcado na formação das identidades masculina e feminina, a partir da realização de um grupo focal com homens e mulheres, estudantes do curso de Psicologia;
- Analisar as implicações de instituições sociais, como a família e a igreja, para a formação dos estereótipos de gênero e para a manutenção de mecanismos de violência;
- Analisar a repressão das identidades tidas como ‘não hegemônicas’, com foco nas mulheres e na comunidade LGBTQ+, em uma configuração social patriarcal e heteronormativa.

1. A Formação das Identidades e as Tecnologias de Gênero

Os processos de significação sempre ocorrem em contextos culturais, perpassados por uma série de práticas, costumes, crenças e valores, que canalizam esses processos e orientam as maneiras de pensar, sentir e agir das pessoas (Madureira, 2016). É preciso enfatizar a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas, visando rejeitar o determinismo biológico e uma linearidade entre os conceitos. Estas características, correspondem ao que se denomina de sexo e as identidades de gênero, são sempre construídas, social e culturalmente, e nunca dadas ou acabadas num determinado momento (Louro, 1998; Scott, 1995).

Há, entretanto, clareza sobre a existência de divergências entre autores/as sobre esta concepção de sexo relacionado a características biológicas e gênero à construção social. É necessário considerar que o biológico é transpassado pelo discurso (novamente afastando noções essencialistas e deterministas), e pelas significações construídas, por meio da cultura, sobre o corpo. Porém, para além das divergências, trabalhar-se-à, no presente trabalho, com as concepções de sexo e gênero delimitadas acima.

A cultura é, ao mesmo tempo, um espaço para transmissão de tradições e legados coletivos e um espaço de constante produção, coletiva e individual, a partir de ações criativas dos indivíduos e grupos sociais (Madureira, 2018). Um movimento significativo de retroalimentação ocorre todos os dias entre os seres humanos e a cultura: ela afeta diretamente o modo que significamos nós mesmos/as e o mundo, assim como afetamos diretamente o modo como a cultura é produzida e reproduzida (Madureira, 2018). “Signos são fabricados por mentes, e mentes operam por meio de signos. Consequentemente, signos são instrumentos cultivados para nossas relações interiores, mediante a ligação com os

objetos no ambiente externo” (Valsiner, 2012, p.39). Existem três tipos diferentes de signos: os ícones, os índices e os símbolos.

A cultura não é simplesmente uma influência que acaba por interferir, extrinsecamente, nas vivências humanas. Na verdade, a cultura, por mais que tenha diversas manifestações externas e coletivas, se torna parte da esfera intrapsicológica de cada pessoa (Valsiner, 2012), ou seja, parte dos processos de desenvolvimento psicológico, dos processos de significação e como parte da configuração das experiências emocionais (Kitayama & Park, 2007; Madureira, 2018; Valsiner, 2012). Logo, por meio das interações com o outro e com as próprias manifestações culturais, de maneira complexa e processual, nós temos a capacidade de construir e reconstruir a cultura, na busca de significações e ressignificações (Pino, 2005).

Foi por meio da afirmação das diferenças físicas e biológicas, e o foco nestas, que as diferenças sociais entre os gêneros, puderam ser naturalizadas (Zanello, 2018). A partir da possibilidade de ressignificação, podemos perceber a não existência do “ (...) que chamamos de natureza humana independente da cultura” (Geertz, 2008, p.35). O que, conseqüentemente, remete à possibilidade de mudança de práticas e mentalidades não problematizadas e, portanto, tidas como naturalizadas no cotidiano.

Segundo Valsiner (2014), “nós somos produtores compulsivos de significado” (p. 600). Logo, representações e autorepresentações formuladas por um sujeito, ao longo de sua vida, são geradas a partir de diferentes instituições e interações, sendo passível de ressignificações.

Produzidos a partir da imersão do sujeito em um espaço coletivo e de troca, os símbolos, presentes em toda cultura, regulam interações e produzem conteúdos e sentidos (Valsiner & Rosa, 2018). Símbolos e seus significados, acabam por (re)direcionar certos tipos de experiências nos mais diversos âmbitos da vida cotidiana e, portanto, de certa forma, acabam por caracterizar o modo de viver de uma sociedade. Faz-se, então, necessário atentar-

se a estes processos simbólicos e seus significados no âmbito das identidades de gênero.

Afinal, “gênero é um poderoso determinante social” (Zanello, 2018, p. 19).

Para tal, utilizar-se-à o que Foucault (1996) denomina de “Dispositivo”. O Dispositivo seria qualquer tipo de elemento que tem a capacidade de orientar condutas, discursos, ideologias, modos de viver e ser. Os ditos e não-ditos que atendem a uma função estratégica dominante, voltada à manutenção do poder e suas relações verticalizadas.

O Dispositivo era de natureza essencialmente estratégica, o que supõe que se trata, no caso, de uma certa manipulação de forças, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de forças, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las etc. (...) está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a mais configurações de saber, que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto o Dispositivo: estratégia de relações de força. (Foucault, 1996, p.246)

Com base no tema da presente pesquisa, o foco de análise é voltado à simbologia e às expectativas culturalmente desenvolvidas e designadas a cada uma das performances de gênero. Atentar-se-à ao porquê de uma dualidade fundamentada em questões biológicas (Feminino X Masculino) ser hierarquizada, e, portanto, passar a justificar relações desiguais de poder.

O Dispositivo, de forma articulada ao que Lauretis (1984) denominou de “Tecnologias de Gênero”, proporciona o desenvolvimento de análises interessantes sobre a hierarquização entre os gêneros. Como um conceito relacional, gênero ultrapassa as significações atribuídas à dualidade biológica e as tecnologias de gênero atentam-se não apenas em relação às

consequências da reprodução/manutenção das representações desse sistema de desigualdades, mas considera também o processo de produção destas (Zanello, 2018).

As tecnologias de gênero nos ajudam a identificar caminhos privilegiados de subjetivação. A partir das discussões desenvolvidas por Scott (1995), é reforçada a necessidade de atenção aos sistemas de significação e aos modos pelos quais cada sociedade representa as identidades de gênero. É a partir de tais representações que são articuladas as regras que norteiam as relações sociais e a construção dos significados atribuídos as experiências (Scott, 1995), pois “sem significado, não há experiência; sem processo de significação, não há significado” (p 82).

Segundo a discussão desenvolvida por Butler (1990), a identidade de gênero já não é mais percebida como estática. Para além de uma visão que concebe a identidade como passível de alcançar um produto final e, a partir daí, fixar-se, a autora discute a visão em que trata-se, na verdade, de “uma identidade instituída por uma repetição estilizada de atos” (Butler, 1990, p. 297), ou seja, naturalizada. Portanto, pode ser passível de resignificação.

Em culturas sexistas, tornar-se pessoa é tornar-se homem ou mulher, juntamente a todos os significados subjacentes, toda a performance social e toda a pedagogia afetiva implicada em cada uma dessas distintas delimitações (Zanello, 2018). Cabe então o reconhecimento das diversas limitações das leituras essencialistas. Então, caminhar-se-à, na presente pesquisa, no sentido de reconhecer o binarismo de modo a revelar os dispositivos de violência, presentes nesses processos de subjetivação (Spivak, 1998).

Para tal, há o que pode ser chamado de *script* cultural, construído e mantido pelas mais diversas práticas sociais (Le Breton, 2009; Zanello, 2018). Então, como as tecnologias de gênero, sendo desdobramentos desde dispositivo, tem efeito nos processos de subjetivação e delimitações das identidades? O sujeito é constituído, em relação à sua identidade de gênero,

para além de uma visão naturalizada e, conseqüentemente, linear, entre o biológico e uma determinada performance de gênero (feminina ou masculina).

É preciso expandir o olhar para além de uma perspectiva linear baseada na diferença sexual, mas também por representações culturais, simbolismos, códigos linguísticos (Lauretis, 1984). Nem sempre este pensamento é reconhecido e validado, então, unidas a noção de *script* cultural, as tecnologias de gênero acabam por sugerir respostas mais adequadas a cada circunstância e desenvolvendo uma cultura afetiva (Le Breton, 2009), nas mais diversas formas de manifestação do Dispositivo, conceito discutido anteriormente.

Há uma enorme discrepância entre as performances esperadas e ensinadas a cada um dos pólos dessa dualidade e da pedagogia dos afetos direcionada a cada um. Identidade implica demarcação de fronteiras simbólicas (Madureira, 2007), logo, uma separação entre “nós e eles”. Essa demarcação supõe e reafirma relações de poder (Silva, 2000). Uma análise dos artefatos culturais destinados às mulheres já é um indicador significativo dessa hierarquização e da atribuição de poder ao masculino. O gênero, entre outros marcadores sociais, como a cor da pele e a classe social, cria lugares sociais de desempoderamento (hooks, 2015).

As relações sociais são permeadas por relações de dominação e poder, em que a carga simbólica é tão determinante quanto as demais (física, econômica, psicológica, etc). Os mecanismos de poder agem sobre o cotidiano, resultando em construtos sutis e poderosos em que há um “controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos” (Machado, 2008, p.12). Define-se quem pode, o que pode, como pode e quando pode. O que é permitido ou proibido. As relações de poder agem sobre o corpo, manipulam e orientam as pessoas, criando assim sujeitos “úteis” para o funcionamento e manutenção da sociedade (Barbosa, 2017).

Ou seja, a violência se tornou uma força estruturadora das relações de gênero, ao passo que colabora para naturalizar, ou “fixar” identidades e performances. Então, passa-se a considerar as identidades femininas e masculinas como se tivessem uma ‘essência’ definida e, frente a esta naturalização, há pouca resistência social e institucional (Bandeira, 2014). As instituições sociais são, então, instigadas a fim de cumprir e manter um funcionamento tido como “ideal”.

Buscando retomar a importância fundamental da cultura nos processos de formação e transformação constante das identidades sociais, seja a de gênero ou não, voltamos a assinalar que é necessária uma postura na direção de sujeitos geradores de críticas e com um papel ativo na possível (e necessária) transformação de alguns elementos “formativos”, como as tecnologias de gênero. A partir do questionamento de ordens sociais injustas, pode haver um efetivo posicionamento ativo, crítico e consciente, resultando em transformações sociais significativas.

2. Significações Atribuídas ao Feminino em uma Cultura Patriarcal

“A objetificação sexual é o processo primário de sujeição das mulheres. Ela liga o ato com a palavra, a construção com a expressão, a percepção com a efetivação, o mito com a realidade. O homem fode a mulher; sujeito verbo objeto” (Scott, 1995, p.77).

A cultura patriarcal/machista inscreve-se em uma lógica segundo a qual as performances de gênero são fundamentadas em determinismos biológicos e, conseqüentemente, na hierarquização entre estes gêneros, gerando a tese da inferioridade do feminino e de tudo a que ele é relacionado (Stevens, Oliveira, Zanello, Silva & Portela, 2017). Segundo Bourdieu (2007), as mulheres, a partir da dominação masculina, são concebidas como objetos simbólicos, o que as coloca em permanente estado de dependência simbólica em relação aos homens.

A mulher, a partir do que é exposto criticamente por Berger (1972), existe para e pelo olhar dos outros. É ensinado às mulheres, desde a infância, que o seu senso de si só é completo, se junto a ele houver a apreciação e aprovação por parte do outro. A mulher está ali em função de outrém, para agradar, satisfazer, obedecer, atender, da forma que for necessária (Berger, 1972). Nesse sentido, a feminilidade implica uma divisão de si. A parte de si que é vigiada e aquela que é vigilante. A mulher deve estar em vigília e constante atenção a si mesma em tudo o que faz, o modo como se porta, o modo como os outros a percebem, principalmente os homens (Berger, 1972).

Nas artes visuais, assim como na série “O Conto da Aia”, o corpo feminino é um corpo que aparece silenciado, devido ao pudor que o feminino deve representar e valorizar (Matos & Soihet, 2003), explorando a dualidade do corpo feminino entre a ‘recatada’ e a ‘provocadora’. A figura feminina tem o papel de vigilante e vigiada em um corpo só e

quando a mesma quer a sua liberdade e, conseqüentemente, quer desvincular-se do papel de “Bela, Recatada e do Lar” (vigilante), lhe resta ser vigiada. Com os estereótipos associados a figura de “Eva: a provocadora do pecado original”, as mulheres ocupam um lugar de ameaça, e portanto devem ser reprimidas (Novaes, 2011; Madureira, 2016).

Aos homens são socialmente atribuídas todas as qualidades que a masculinidade hegemônica, demandada deles e por eles, representa: a força, a virilidade, a agressividade, a atividade, o comportamento “predatório” e o conseqüente “consumo” de mulheres. Já às mulheres, são socialmente atribuídas posições complementares e hierarquicamente inferiores, logo, devem manter-se atrativas (fisicamente, moralmente, socialmente...) para esse olhar, para que sejam desejadas (Zanello, 2018).

Conteúdos, produtos, mensagens, obras, filmes, músicas, pedagogias afetivas direcionadas ao feminino, constantemente, corroboram a mensagem de que a mulher deve estar à disposição: dos filhos, do marido, da família, da igreja... Pouco importa suas opiniões sobre si, o que mais vale são os juízos dos outros sobre ela (Zanello, 2018). A função da feminilidade, tão incentivada entre as mulheres, é “a adequação (...) a partir da produção de uma posição feminina que sustentasse a virilidade do homem burguês” (Kehl, 2007, p.44).

As mulheres não poderiam buscar a sua felicidade ou combater a própria infelicidade, porque, em princípio, dependeriam de outrem. São criadas, frequentemente, em um contexto de carência, de abandono de si, onde a própria companhia não é suficiente: é preciso que o homem amado a escolha e a faça feliz e para isso acontecer, ela deve sempre ser uma “boa mulher” (Lagarde, 2013; Zanello, 2018). A dependência simbólica (Bourdieu, 2007) reforça o discurso sociocultural que associa a realização feminina à conjugalidade (Dias, Machado & Gonçalves, 2012). Assim, “O patriarcado não é uma ideia abstrata: é a manifestação material e simbólica da dominação masculina através das instituições, da legislação, da religião nas

práticas conduzidas pelos homens, pais, maridos, irmãos, filhos, vizinhos, namorados”
(Swain, 2016, p. 63).

Em sua obra literária, “O Conto da Aia”, Atwood (1986) apresenta, em cada uma das representações femininas, algumas das condições necessárias para que “se faça mulher”, visto que para a sociedade, a mulher ideal é aquela que é, ao mesmo tempo, Esposa, Martha e Aia (Lima, 2017), ou seja, “Bela, Recatada e do Lar”.

A categoria das Marthas representa o ideal social de que a mulher deve ser responsável pelas tarefas domésticas. Já as Esposas perpetuam a antiga premissa de que a mulher tem como função ser filha, esposa e mãe. Espera-se que fique em casa e se relacione apenas com mulheres da mesma categoria social, tendo como “sua referência” o vínculo com um homem: filha de..., mulher de..., esposa de... nunca ela mesma, nunca por si só (Loponte, 2002). Por fim, a maior obrigatoriedade social recai sobre a Aia: a obrigação de procriar.

A procriação, no patriarcado, tornou-se destino e obrigação. Ao associar o falo à geração de vida (“o que está cheio de vida”, versus o aparelho reprodutivo feminino, que “precisa ser preenchido de vida”) é reforçada a construção cultural dos órgãos e do ato sexual (Bourdieu, 2007), ratificando as crenças que se alinham a pensamentos naturalizados, dualistas e deterministas. O desdobramento desta obrigação de procriar coloca a mulher em um lugar de fraqueza, tornando o masculino um princípio gerador e a mulher apenas o vaso receptor da vida (Swain, 2016).

Tanto na obra literária em questão quanto na vida real, é esperado que as mulheres se tornem mães, mas sem que explorem o âmbito sexual, uma vez que a sexualidade feminina é um tabu. Neste sentido, o ato sexual não deveria ser um ato de prazer para a mulher, apenas para fins de procriação (Lima, 2017).

Na partilha do mundo social, pautado por uma ordem binária, as mulheres são “reduzidas à propriedade de alguém, a coadjuvantes históricas, a complemento na vida social,

a objeto da satisfação masculina. São destinadas a uma existência sem sentido próprio, a uma vida em função do outro, a uma atuação restrita ao espaço da domesticidade” (Muniz, 2017, p.38).

As cores das vestimentas de cada uma dessas mulheres, dentro dessa “divisão de casta”, também parece dizer algo sobre a função social que cada uma delas exerce (Atwood, 1986). Sempre em vermelho, a vestimenta das Aias remete ao seu papel social: o vermelho vivo que remete ao sangue, à menstruação, à gravidez. Ao mesmo tempo, usam uma touca branca com longas abas que tampam seus rostos e escondem seus cabelos, corroborando que sua identidade pessoal não precisa ser reconhecida, uma vez que a sua função social é unicamente a procriação. Além disso, as toucas impedem que as mulheres vejam algo além do que está logo a sua frente, produzindo apenas a perspectiva de um caminho linear a ser seguido. Novamente, uma mensagem a ser transmitida relacionada ao que se espera de seu comportamento: docilidade e obediência.

As esposas estão sempre usando a cor verde, como o fruto que nunca amadurece, como a mulher que nunca vai conseguir gerar uma outra vida. As demais mulheres têm roupas (sempre vestidos longos e largos) em tons de cinza, para passar de forma despercebida nas interações sociais cotidianas. A mulher “deve de algum modo renunciar a fazer uso público do próprio rosto e de sua palavra”, conforme é discutido de modo crítico por Bourdieu (2007, p. 27).

A ordem social funciona, tanto na obra literária como na própria realidade brasileira, como uma máquina simbólica que, continuamente e das mais diversas formas, reforça a dominação masculina e tudo que a sustenta (Bourdieu, 2007). Estes sentimentos de posse sobre a mulher, torna a ‘masculinidade hegemônica’ vinculada a uma cultura de honra e de orgulho, levando, novamente, o homem a querer manter o controle sobre o corpo feminino e a sua sexualidade (Machado, 2016).

Quanto ao controle das mulheres (físico, moral, simbólico etc.), Eva e Maria são representações que promovem um forte dualismo moral sobre a feminilidade, partindo do imaginário cristão, desde a época das sociedades teocêntricas medievais. A partir do capítulo “Patriarcalismo e Misoginia” (Vainfas, 2017), podemos perceber como que o construto que o autor chama de “monarquia patriarcal do direito divino”, acabou por cultivar práticas misóginas que estão na base da cultura popular brasileira, das mais diversas formas, desde o início de sua formação, no século XVI. Esta “monarquia patriarcal do direito divino” é mais um artifício, que pode ser reconhecido tanto na história da sociedade brasileira como na obra literária “O Conto da Aia”, que atesta uma suposta superioridade masculina (em vontade, escolha, razão, direitos) com o apoio de instituições teocêntricas na ratificação desta crença (Vainfas, 2017).

A misoginia, e o conseqüente feminicídio, estão, portanto, presentes no imaginário social brasileiro, desde o seu início, em termos históricos, apresentando-se como um construto cultural estruturante. Nas relações maritais, caberia ao homem manter-se alerta e “levando-se em conta o caráter diabólico da mulher, muito cuidado, paciência e razão devia ter o marido no governo de sua esposa” (Vainfas, 2017, p. 161). As mulheres, as quais foi atribuído o papel que Madureira (2016) denominou, criticamente, de “Evas em potencial”, deveriam ser rigidamente controladas, a fim de não pecar (ou levar terceiros ao pecado). Segundo Novaes (2011), em uma cultura falocêntrica, a mulher é identificada como geradora de vida e de morte.

Reconhece-se, então, que, na obra literária focalizada na presente pesquisa, o esforço de classificar as mulheres em castas vem justamente para a delimitação do que cabe a cada uma (ser esposa, ser serva ou ser procriadora), privando-as de escolha, liberdade, criatividade. Além disso, a demarcação das roupas, em diferentes cores, aumenta a vigilância sobre as mesmas, produzindo marcadores simbólicos de pertencimento a cada casta, para que,

mesmo quando fora de casa, a sua função e os lugares onde pode estar (ou não) sejam facilmente reconhecidos por qualquer pessoa. A vigilância (física e moral) acontece e a todo o tempo, em todos os lugares, no esforço de evitar “Evas em Potencial” (Madureira, 2016), cultivando “Marias”.

Com exceção de Maria, mãe de Jesus, as demais mulheres seriam consideradas como seres demoníacos, perigosos, pois ‘desencaminham’ os homens, afastando-os do ‘caminho da salvação’. A sexualidade e o corpo das mulheres, portanto, deveriam ser objetos de forte controle social, a fim de impedir que elas pudessem ‘dar vazão’ ao potencial ‘demoníaco’ subjacente à feminilidade (Madureira, 2016, p.72).

As mulheres, suas ações, seu corpo, seu comportamento e sua sexualidade deveriam, então, ser rigidamente controlados. Eva e Maria são personificações das figuras que perpassam esse forte dualismo moral sobre a feminilidade que, ainda segundo Madureira (2016), é parte de um longo histórico de representações cristãs pejorativas, sobre o corpo e os prazeres. Às mulheres caberia a postura de servidão, fidelidade, paciência, recato e “a tudo o mais que delas fizessem esposas ideais, mães exemplares e perfeitas cristãs” (Vainfas, 2017, p. 165)

O controle social atua, diretamente, sobre o corpo das mulheres, cuja identidade principal é a de mãe, e cuja sexualidade é socialmente aceita somente no âmbito da reprodução (Giffin, 1994). O controle da sexualidade é “o método por excelência do controle cotidiano das mentes e corpos das mulheres nas culturas patriarcais” (Bleier, 1984). As desviantes em relação às normas no que se refere ao que é socialmente esperado do feminino, do que é ‘ser mulher de verdade’ foram alvo, frequentemente, de dura repressão, seja ela de ordem física ou quando são sujeitas a um intenso “terror moral”: “A condição de ser mulher

está na origem da violência, logo os feminicídios são crimes de ódio contra as mulheres e exibem o poder e domínio dos homens sobre as mesmas, estando presentes em todas as gerações e possuindo uma dinâmica multimodal” (Almeida, 2014, p. 334).

Ser solteira, colocar-se como prioridade, abdicar do casamento e dos filhos e investir em interesses e projetos próprios parece ter se tornado algo a ser combatido (Zanello, 2018). A repressão, seja ela física ou moral, acaba por se manifestar por meio da violência, seja física, psicológica, sexual, ou de outra forma, como uma estrutura social herdada do patriarcalismo e característica das mais diversas realidades, incluindo a brasileira (Bandeira, 2014).

Desde o século XVI, como parte da cultura popular ibérica, que vem para o Brasil no momento da colonização, pode-se verificar, no que eram chamados “folhetos volantes” (histórias escritas em folhetos que circulavam pelas cidades), diversas manifestações da misoginia e do feminicídio, com conteúdos que seriam “modelo para guiar a conduta feminina”. Ao marido que a esposa não obedecesse, não aceitasse a clausura domiciliar e a vigilância patriarcal, “só restava meter-lhe muita pancada, parti-la ao meio, quebrar-lhe um braço, acabar-lhe com a vida num momento” (Vainfas, 2017, p.165).

Se compreendermos que poder e violência estão intrinsecamente ligados, podemos nos atentar melhor em relação à importância dessas discussões (Chauí, 2017) sobre a hierarquização entre os gêneros. Percebendo, ainda, como isso faz parte da estruturação da sociedade brasileira. São componentes de controle e de poder, como os citados anteriormente, que estruturam as formas como os gêneros se relacionam e reforçam, continuamente, as mais diferentes atribuições, características, “direitos” e “deveres” atribuídos a performances tidas como socialmente ideal de cada um deles.

Uma vez que o ‘poder’ e o status atribuído ao masculino é abalado ou questionado, recorre-se, com frequência, à violência. “Controlar a vida sexual e moral das mulheres é o

que constitui o cerne da masculinidade no Brasil.” (Bandeira, 2017, p.22). A maioria das manifestações de violência contra a mulher é, de certa forma, expressão de uma resposta emocional reativa para manter ou recuperar as fronteiras de gênero socialmente estabelecidas, mantendo ou defendendo os privilégios masculinos (Almeida, 2014).

3. Instituições Sociais, a Cultura do Estupro e os Papéis de Gênero

O romance distópico “O Conto da Aia” cumpre a função de projetar uma possibilidade de futuro, baseado em uma visão crítica das sociedades contemporâneas, anunciando um futuro em que, na verdade, o privado é intrinsecamente político. A singularidade de cada sujeito, e sua liberdade de ser quem se é, acaba por correr o risco de perder-se frente à aparente prioridade que se revela: a manutenção de um certo funcionamento social que circunscreve o controle social a diferentes instituições, fomentando práticas desiguais e mantendo o status quo desejado por estas mesmas instituições.

O ser humano é um ser político, seja no âmbito privado ou no âmbito público. O privado torna-se político quando os comportamentos atribuídos a este âmbito são produtos dos valores e crenças políticas, compartilhadas pelos indivíduos, no cenário público vigente em cada época (Borba, 2008). Assim, os sentimentos, crenças e valores, em sintonia com uma determinada moralidade, também política, se materializam em formas específicas (e desejadas) de comportamento (Almond & Verba, 1963), reproduzidos nas instituições sociais, como a família, por exemplo.

A partir da discussão desenvolvida por Lionço (2017), acerca da democracia, da psicologia e da laicidade no Brasil, pode-se perceber como o argumento da moralização da política, associada a uma lógica salvacionista da nação por meio de valores religiosos, deve ser considerada no contexto público (política) e no contexto privado (familiar). Esta lógica salvacionista é baseada em uma série de valores, moralidades, costumes e práticas que, ao serem seguidas pela população, salvariam-na da “balbúrdia”. Assim, “Os fundamentalistas acreditam que estão combatendo forças que ameaçam seus valores mais sagrados” (Armstrong, 2009, p. 18). Sendo, portanto, uma manifestação de políticas conservadoras

extremistas que aproveitam de polarizações morais (o certo e o errado, o céu e o inferno, a graça e o pecado) para obter e manter o controle social.

Os indivíduos ajustam, constantemente, o seu modo de vida a fim de cumprir suas “funções” e seguir comportamentos sociais esperados, de acordo com estas polarizações morais (Zanello, 2018). As performances desempenhadas por mulheres e homens (que deveriam ser alinhadas com o tido como “ideal e correto”) tem uma característica importante a ser ressaltada: as recorrentes desigualdades nas relações de poder (Bourdieu, 2007). A atenção deve ser, constantemente, voltada às implicações dessa desigualdade, mantendo uma visão crítica em relação ao status quo estabelecido e mantido pelas mais diversas instituições sociais.

(...) apesar de avanços na seara dos direitos, da disseminação de programas que protegem esses direitos, da mudança de mentalidades e do reconhecimento jurídico nacional e internacional da cidadania das mulheres e demais grupos feminizados em igualdade a dos homens, a realidade evidencia uma expressiva quantidade de casos de violência, que têm se apresentado cada vez mais truculentos e cruéis. Afinal, resistências conservadoras se revelam em centenas de espaços sociais e sob formas variadas contra a efetivação de novas relações entre homens e mulheres. Novamente, confirma-se que a violência de gênero constitui-se um fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológicas, morais, físicas e econômicas, tanto em nível micro como macrossociológico (Almeida, 2014, p. 330).

Direcionando o olhar para o aparente “direito” dos maridos sobre suas esposas, e dos homens sobre as mulheres, a obra “O Conto da Aia” corrobora com a urgência de olhares críticos em relação à expansão do conservadorismo na contemporaneidade. “O corpo das

mulheres e os corpos feminizados sempre foram imbuídos de significado territorial, sendo considerados corpos cuja existência ocorre sob custódia dos homens (pai, marido, irmão e filhos) ...” (Almeida, 2014, p. 331). A instituição familiar, tida como sagrada, na obra em questão, é identificada como a principal instituição social, mas é “protegida” pela crença de que questões familiares dizem respeito ao âmbito privado. A partir do silenciamento sobre o que ocorre dentro da instituição familiar, a mesma pode acabar se tornando um aparelho de violência. A família tem um potencial inegável de acolhimento e cuidado, mas também pode, infelizmente, vir a ser um terreno para o aprendizado de normas, valores e técnicas de violência (Prado & Oliveira, 1982).

Os/As cidadãos/ãs devem agir em prol dos “bons costumes e da família tradicional”, enquanto o conservadorismo acaba por se fazer presente nas relações (sexuais e não sexuais) entre os gêneros. Para estes setores religiosos conservadores, as questões discutidas nos Estudos de Gênero, a chamada “Ideologia de Gênero”, na verdade “representam uma vertente teórica e política que contesta sua hegemonia e seu papel social, e, para agnósticos com interesses políticos (...), representaria uma agenda oculta de doutrinação ‘marxista’ (Miscolci, 2018, p.7). Neste cenário, as crenças, enraizadas em leituras fundamentalistas da tradição judaico-cristã, corroboram com a manutenção de uma mentalidade patriarcal e machista.

Ambas as instituições (família e igreja), por meio de um certo “terror moral”, operam meios de manipulação e manutenção da disciplina na vida cotidiana, sobretudo por meio de modelos idealizados de homens e mulheres (Maia, 2011). A partir do que é discutido por Zanello (2018), a mulher cristã deve manter um “capital matrimonial” positivo (pura, bela, generosa, obediente/devota, fiel e assexuada), como é percebido na obra de Margaret Atwood.

Dentro da instituição familiar, nos modelos desta mesma tradição judaico-cristã, é demandada a procriação. O sexo é considerado um tabu. Segundo Foucault (1988),

normatizar a sexualidade pode ter como objetivo torná-la: “economicamente útil e politicamente conservadora” (p. 37). As relações sexuais descritas na obra literária contrastam com a noção de sexo, a partir de uma perspectiva hedonista, que se percebe vigente nas sociedades contemporâneas (Zanello, 2018), mas denunciam um outro problema: a cultura do estupro. Em nome do ritual de Jacó, Raquel e Bila, as relações sexuais são breves, suficientes para que se liberem os fluidos necessários à fertilização, evitando prazeres “desnecessários”, que seriam contra a moralidade vigente e tida como correta, mas acima de tudo, são relações sexuais forçadas e não consensuais.

Vendo Raquel que não dava filhos a Jacó, teve inveja da sua irmã e disse a Jacó: Dá-me filhos, se não morro. Então se ascendeu a ira de Jacó contra Raquel e disse: Estou eu no lugar de Deus, que te impediu o fruto do teu ventre? E essa disse: Eis aqui minha serva Bila; coabita com ela para que dê à luz sobre meus joelhos, e eu assim receba filhos por ela. Assim lhe deu Bila, sua serva, por mulher; e Jacó a possuiu. E concebeu Bila, e deu a Jacó um filho (Gênesis 30: 1-5).

Desempenhando o papel socialmente atribuído ao feminino de “Bela, Recatada e do Lar” (Esposa, Martha e Aia), o ritual de Jacó, Raquel e Bila demonstra um cenário extremo, em que o corpo feminino é subjugado e violado em função da passividade e obediência que “deve ser esperada” de uma mulher, cumprindo a sua função de estar disponível ao homem, mesmo contra a sua vontade. A partir das análises desenvolvidas por Segato (2003), a atribuição da feminilidade ao âmbito privado pode ser, frequentemente, um dispositivo para reforçar a passividade e obediência, restringindo a liberdade, o que potencializa a violência de gênero.

A naturalização pode levar a objetificação, criando uma célula geradora de atos violentos, em prol da manutenção do poder, socialmente associado ao masculino (Segato, 2003). Esta “função” atribuída ao feminino, delimitando espaços, valores, características e comportamentos considerados como “naturais”, é uma das implicações das desigualdades nas relações de poder entre homens e mulheres, e denuncia um cenário social alarmante, tanto na obra literária em questão, como na própria sociedade brasileira.

A “Crença no Mundo Justo (CMJ)” é mais um mecanismo social que corrobora a culpabilização do feminino em cenários de violência sexual, pois, ao assumir que existe uma ligação entre o que as pessoas fazem e os resultados que obtém, aceita-se assim, que as pessoas têm o que merecem e merecem o que têm (Lerner, 1980; Modesto, 2014).

Crenças como esta são terreno fértil para afirmações que culpabilizam a vítima de violência, que deveria estar alinhada à performance de gênero feminina socialmente esperada, sendo “Bela, Recatada e do Lar”. A transgressão em relação ao socialmente esperado no que se refere à identidade de gênero feminina, pode implicar a culpabilização da vítima e a consequente “autorização” em relação ao ato violento. Ao mesmo tempo, a não transgressão do que se espera do feminino, ou seja, manter-se em uma posição obediente, passiva e dócil, pode também acabar por “autorizar” o ato violento.

Desempenhando o papel de dissolução de dissonâncias cognitivas (Lerner & Miller, 1978; Modesto, 2014), a confiança na “Crença no Mundo Justo (CMJ)” permite ao indivíduo manter a sensação de controle, de invulnerabilidade pessoal (Correia & Vala, 2003; Furnham, 2003), características valorizadas na performance associada à identidade masculina, ancorada na masculinidade hegemônica (Bonfim, 2018; Bourdieu, 2007).

Quando diz respeito ao feminino (Grosz, 2000, p. 58): “(...) o corpo é visto como um lugar de posse, propriedade de um sujeito, que dissociado da carnalidade, toma decisões e faz escolhas sobre como dispor do corpo e de seus poderes”. A masculinidade hegemônica acaba

por “autorizar” a apropriação do corpo feminino e o estupro se torna um elemento central de controle sobre este, no objetivo dominá-lo e domesticá-lo (Stevens, Oliveira, Zanello, Silva & Portela, 2017). Essa dominação/domesticação, e conseqüente violação, pode acontecer, assim como demonstrado na obra literária durante o ritual de Jacó, Raquel e Bila, dentro do matrimônio e da instituição familiar.

Em síntese, o papel tradicionalmente atribuído ao feminino e, frequentemente, mantido pelas instituições sociais corrobora cenários de violência sexual contra as mulheres. Assim, práticas violentas e condições de existência intoleráveis acabam sendo naturalizadas ou vistas como aceitáveis. Segundo a “Crença no Mundo Justo”, portanto, a responsabilização do feminino permite restaurar a sensação de justiça, também tradicionalmente valorizada por instituições como a igreja, na doutrina cristã, exposta na obra literária em foco.

4. A Repressão Violenta em Relação às Identidades Sexuais Não Hegemônicas: Sexismo e Heteronormatividade em Discussão

“O conceito de identidades sexuais não-hegemônicas se refere a: a) sujeitos que apresentam uma orientação homoerótica e que b) ocupam uma posição social marginal em relação à norma heterossexual nas sociedades ocidentais contemporâneas”

(Madureira & Branco, 2007, p. 85).

Como discutido nas seções teóricas anteriores, nossa identidade de gênero deve ser vista como parte constituinte da nossa subjetividade, ou seja, como construção histórica e cultural. Essa perspectiva abre mão de conceber nossa identidade de gênero como algo dado e acabado. Além disso, não corrobora com a ideia de binarismo entre os gêneros, conseqüentemente evitando a construção de barreiras relacionais e de fronteiras simbólicas rígidas entre estes gêneros. O sexismo é, justamente, o enrijecimento das fronteiras simbólicas entre a feminilidade e a masculinidade (Madureira & Branco, 2012).

Assim, podemos relacionar a construção das identidades de gênero às possibilidades permeáveis e flexíveis, reconhecendo as distinções biológicas, porém, considerando mais fortemente os papéis sociais que se constroem a partir destas, com o principal objetivo de contribuir com a construção da igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres, masculinidades e feminilidades (Miranda-Novoa, 2012), para promover a equidade entre estes/estas.

A expressão “Ideologia de Gênero” é mais uma forma de reforçar a dualidade que naturaliza a existência do “Masculino X Feminino”, como opostos.

Tal expressão é utilizada também por setores conservadores da sociedade brasileira atual ². É possível perceber na literatura científica diferentes significados atribuídos à expressão e pode-se identificar duas modulações de significado para tal termo: como crítica aos estudos de gênero e como antifeminismo (Junqueira, 2018).

A crescente afirmação, nas sociedades ocidentais, sobre a existência da chamada “Ideologia de gênero” (Giffin, 1994) corrobora uma perspectiva essencialista relacionada ao que é tido como característico do masculino e do feminino, refletidos em conceitos como razão e emoção, atividade e passividade, liberdade e segurança, certo e errado, salvação e pecado. Ou seja,

Trata-se de uma expressão criada com o objetivo moral de interditar a discussão de gênero nas escolas bem como qualquer tipo de prática e pensamento voltado para o questionamento e desnaturalização das concepções de sexo e gênero hegemônicas, baseadas no binarismo hierárquico que opõe o masculino ao feminino. O fantasma da ‘ideologia de gênero’, difundido por grupos fundamentalistas religiosos (...) promove o medo de mudanças na ordem das relações entre homens e mulheres e, sobretudo, da extensão de direitos a homossexuais (...) é, portanto, uma ação deliberada de impedir o aprendizado de meios para a demanda de igualdade e autonomia por parte de mulheres, assim como o de direitos fundamentais como segurança e respeito à própria vida no caso de homossexuais, pessoas trans, entre outrxs (Miscolci, 2018, p.5-8)

² Sugestão: Documentário “Gênero sob Ataque” que aborda o cenário político atual em países como Peru, Colômbia, Costa Rica e Brasil. Países onde a conjuntura política tem sido caracterizada pela influência significativa de movimentos conservadores e fundamentalistas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Aj3St_zUM7M.

As expectativas sociais sobre os homens e as mulheres se constroem, tradicionalmente, de maneira antagônica (Louro, 2004; Madureira & Branco, 2012; Scott, 1995), de acordo com o sistema binário de gênero. Cechin e Silva (2012) descrevem como características da masculinidade hegemônica inclinações à competição, à racionalidade e à identidade heterossexual. Muitas vezes, até a violência passa a ser vista como “natural”, por ser considerada como parte da identidade masculina hegemônica (Segato, 2003).

As demais representações da masculinidade, uma vez que demonstrem sensibilidade, afetividade, delicadeza e passividade, características claramente associadas socialmente à feminilidade, são chamadas de masculinidades subalternas e colocadas em patamares inferiores de poder, em relação às formas hegemônicas de masculinidade (Bonfim, 2018).

A moralidade por trás do uso da expressão “Ideologia de Gênero” auxilia na legitimação da hierarquização entre os gêneros, reforçando relações essencialistas e deterministas. As relações de poder, socialmente instituídas, promovem a masculinidade como superior à feminilidade. Esse pensamento acaba atuando como um mecanismo promotor de violências e desigualdades (Bourdieu, 2007). Os que mais sentem estes efeitos negativos são pessoas que, na performance de suas identidades de gênero, acabam por manifestar características que podem estar ligadas à feminilidade, como mulheres (cisgênero e transgênero) e homens bissexuais e homossexuais (cisgênero e transgênero).

Na tentativa de reafirmar sua masculinidade a todo o tempo e sua conseqüente repulsa à identificação com a feminilidade, parte dos homens acaba por utilizar-se de violência (física, moral, psicológica, sexual, etc.) e de atos de intolerância e discriminação contra outros homens, contra si e contra tudo e todos que representariam ou poderiam estar relacionados ao feminino, especialmente as mulheres e os homens homossexuais (Bourdieu, 2007).

Discute-se aqui, em especial, questões relativas aos homens cisgênero homossexuais, pois este grupo sofre discriminação pela sua forma de estar no mundo ser relacionada, muitas

vezes, ao que é socialmente esperado do feminino, mesmo que tenham um aparato biológico masculino (Bonfim, 2018), destoando do modelo heteronormativo. Este cenário corrobora a existência de uma violência simbólica sofrida por este grupo, ou seja, uma inferiorização social ou institucional cujo fundamento é estar relacionado ao “ser mulher” e as identidades de gênero femininas (Swain, 2016).

Sujeitos são invisibilizados e têm seus direitos negados, além de serem submetidos a um constante julgamento moral, pelo fato de vivenciarem sua sexualidade de forma diferente da heterossexualidade (Barbosa, 2017). Constantemente marginalizada, por não corresponder ao sistema binário de gênero da maneira desejada socialmente, surge, na obra, a comunidade LGBTQ+, silenciada e categorizada como “traidores de gênero”. O termo é muito significativo, e reforça a noção de “desviantes” e, portanto, passíveis de punição. Este cenário, na obra literária e na realidade brasileira, segue reforçando a heteronormatividade, baseada em duas formas de ser e estar no mundo: homens, heterossexuais, sexualmente ativos e mulheres, heterossexuais, sexualmente passivas (Bonfim, 2018).

No sistema binário de gênero, aliado ao pensamento heteronormativo, cria-se uma zona de integibilidade cultural em que os homossexuais (homens e mulheres) supostamente “falharam” e se desviaram do “desempenho ideal” no que se refere à identidade de gênero e ao exercício da sexualidade, por não estarem de acordo com o que é atribuído a cada pólo da relação masculinidade X feminilidade. Esse pensamento ancorado na “falha” e no “desvio” das normas corrobora a mentalidade voltada à patologização da homossexualidade.

Inclusive, cabe aqui ressaltar a existência da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que afirma:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, deve continuamente se posicionar em defesa dos direitos das pessoas que integram a população LGBTQ+. A sexualidade faz parte da identidade de cada sujeito e, por isso, os afetos homossexuais não constituem distúrbio, desvio ou perversão. Logo, as homoafetividades e as expressões trans³ não podem ser tratadas como patologias e os sujeitos não podem ser punidos ou discriminados por práticas sexuais homoafetivas. Este tipo de punição e discriminação pode ser vista na obra literária “O Conto da Aia”.

³Resolução nº 1 de 29 de janeiro de 2018 do Conselho Federal de Psicologia estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>

Segundo Woodward (2000), a construção das identidades envolve a marcação simbólica da diferença. Ou seja, apresentar uma identidade (por exemplo, a identidade feminina), em parte significa não apresentar outra (pólos de uma dualidade: nós X eles). Essa diferença, então, é sustentada pela exclusão: uma pessoa ou é mulher heterossexual ou é homem heterossexual. Produz-se, então, um “limbo” onde homossexuais, homens e mulheres, se encontram em um espaço ambíguo entre a masculinidade e a feminilidade (Parker, 1991) e, muitas vezes, são alvo de violência por estarem se “desviando” da heteronormatividade.

Historicamente, o desejo e as relações sexuais ou afetivas entre pessoas do mesmo gênero já foram designadas como “crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado (...) pecado contra a natureza (...)” (Borrillo, 2010, p.13). Há uma invisibilização e depreciação das formas de exercer a sexualidade e identificar-se com o gênero que sejam destoantes do modelo heteronormativo e do sistema binário de gênero, o que evidencia o caráter compulsório da heterossexualidade (Bonfim, 2018). A partir daí, pode-se inferir como que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas também social e política. Logo, reduzi-la apenas ao campo biológico e reprodutivo é negar as questões subjetivas, os aspectos relacionais, afetivos e sociais da sexualidade (Butler, 2003).

As estruturas sociais baseadas no patriarcalismo e no conservadorismo reforçam a construção social de apenas dois tipos de ser e estar: homens e mulheres não “desviantes” das normas construídas para a performance “ideal” de suas identidades de gênero e sexuais. Para Bourdieu (2007), a opressão por meio da “invisibilização” é uma forma de recusar a existência legítima e pública do outro, impedindo que se expresse abertamente. Aqueles/as que se desviam da norma e insistem em se manifestar, poderão ser silenciados com violência e, em casos extremos, até com a morte. Novamente, a articulação com a obra “O Conto da Aia” se torna cada vez mais importante.

Cabe à Psicologia, então, trabalhar com o objetivo de denunciar tais práticas, que quando vistas no âmbito fictício são chocantes, mas que, na verdade, estão sendo naturalizadas e reproduzidas na nossa sociedade, das mais diversas formas, na vida cotidiana. Na formação de futuros/as profissionais, discussões, como as desenvolvidas no presente trabalho, devem ser levadas em consideração por envolverem questões básicas no âmbito da formação das identidades sociais. Além disso, o desenvolvimento de um olhar crítico e de constantes análises acabam por denunciar as pedagogias afetivas (formas de sentir e de se comportar ensinadas como “corretas”), escondidas em naturalizações, determinismos e essencialismos, que reforçam mecanismos sociais promotores de sofrimento psíquico e violência (Zanello, 2018).

5. Metodologia

“Metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).” (Minayo, 2011, p.14)

O processo de produção de conhecimentos científicos não segue um modelo único. As chamadas metodologias qualitativas privilegiam o desenvolvimento de análises em um nível intensivo e aprofundado da realidade, sem quantificá-la, ao trabalhar com o universo de significados, crenças, valores e atitudes, pelo estudo das ações, concepções, crenças e valores sociais, individuais e grupais (Minayo, 2011).

A abordagem qualitativa refere-se ao estudo aprofundado de significados. A partir das discussões desenvolvidas por Minayo (2011), podemos valorizar as vivências das pessoas no contexto da pesquisa qualitativa: “A vivência de cada um sobre o mesmo episódio é única e depende de sua personalidade, de sua biografia e de sua participação na história. Embora pessoal, toda vivência tem como suporte os ingredientes do coletivo em que o sujeito vive e as condições em que ela ocorre.” (Minayo, 2011, p. 622).

Ainda ressaltando a vivência singular de cada sujeito, Demo (2004) afirma que “(...) mesmo sendo a realidade algo independente de nós obviamente, a realidade que temos em mente é aquela reconstruída por nós. O mundo que nos tem como sujeitos é um mundo reconstruído também subjetivamente” (p.24).

A partir das discussões desenvolvidas por Minayo (2011), a capacidade de empatia e de uma percepção cuidadosa são fatores decisivos na metodologia qualitativa, não alcançados por receitas prontas e “passo a passo metodológicos”. Trata-se de um trabalho a ser realizado

que depende também das habilidades pessoais e interpessoais do/a pesquisador/a, além da sua experiência acadêmica, o que demanda uma responsabilidade intelectual e uma visão mais complexa do seu objeto de estudo (Minayo, 2011).

Nada é produzido por um único sujeito. É, então, importante ressaltar o papel ativo do pesquisador (Madureira, 2007). A partir da discussão metodológica desenvolvida por Madureira (2007), na pesquisa qualitativa constroem-se as informações em conjunto, em uma espécie de co-construção de significados. Logo, tanto o papel dos/as participantes, quanto o do/a pesquisador/a, é ativo.

A construção e interpretação das informações geradas a partir da sessão de grupo focal se dá por meio da valorização das expressões dos sujeitos, em suas vivências e experiências, uma vez que estas interpretações possibilitam a produção de indicadores empíricos referentes aos sentidos subjetivos individuais (Gonzalez Rey, 2005). Assim, pode-se emergir a subjetividade dos/as participantes como autores/as críticos/as de seu contexto e sujeitos influenciados pelo mesmo (Martins, 2004; Minayo 2011).

5.1 Participantes

Inicialmente, seriam seis participantes, mas um deles, de última hora, não pôde comparecer à sessão de grupo focal. Portanto, a pesquisa foi realizada com cinco pessoas, duas do gênero masculino e três do gênero feminino, entre 22 e 25 anos. Todos/as estudantes de Psicologia, a partir do 6º semestre, de diferentes instituições de ensino superior no Distrito Federal. Foram escolhidos participantes estudantes do curso de Psicologia a fim de analisar o quanto as questões de gênero são trabalhadas na formação, reconhecendo a importância destas discussões para o desenvolvimento de profissionais capacitados/as para lidar com a violência neste âmbito e reconhecendo o potencial transformador que a Psicologia pode ter,

na prevenção e no combate desta violência. São apresentados a seguir, dados sociodemográficos dos/as participantes da pesquisa

Tabela 1

Dados sociodemográficos dos/as participantes.

Nome	Idade	Gênero	Instituição	Semestre	Religião
Fictício		Declarado	de Ensino	Atual	
Beatriz	22	Feminino	Privada	6º	Espírita Kardecista
Diego	24	Masculino	Privada	8º	Católico
Anabela	22	Feminino	Privada	7º	Umbandista
Tomás	25	Masculino	Privada	10º	Católico
Laura	23	Feminino	Pública	7º	Não definida

5.2 Materiais e instrumentos

Foi realizada uma sessão de grupo focal em que foram utilizados os seguintes materiais: gravador de áudio do celular da pesquisadora, um pen drive, um notebook e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE’s (Anexo A) impressos, dois para cada participante. Os instrumentos foram um roteiro com questões norteadoras e a sinopse do enredo da obra literária em foco (Anexo B) e trechos de cenas da primeira temporada da série “O Conto da Aia”, ambos previamente selecionados.

5.3 Procedimentos de construção de informações

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Após a aprovação do projeto de pesquisa (Anexo C), foi realizado o convite aos/às participantes para colaborarem com a pesquisa. Uma vez aceito o convite, houve a marcação de um dia em que todos/as participantes tivessem disponibilidade para a realização do grupo focal. A sessão de grupo focal foi realizada em uma sala de aula de uma instituição de ensino particular do Distrito Federal. No dia em questão, inicialmente, houve a apresentação e assinatura o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Anexo A) e foram reforçadas as questões de sigilo em relação à identidade pessoal dos/as participantes e esclarecimentos a cada um/a dos/as participantes acerca da participação voluntária. Portanto, todos/as tiveram o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento.

A flexibilidade metodológica é um aspecto interessante da pesquisa qualitativa. Logo, foi escolhida como estratégia metodológica o grupo focal, que possibilita trocas entre os/as participantes que podem gerar conteúdos significativos, que não seriam possíveis sem essa interação (Kind, 2004; Souza, Silva & Assis, 2018). A proposta foi realizar a construção das informações, baseada nos objetivos da pesquisa, por meio de estratégias metodológicas diversas, como a utilização de textos e recursos audiovisuais. Através da moderação realizada pelo/a pesquisador/a, a partir destas estratégias diversas, é facilitada a interação e os/as participantes são estimulados/as a se posicionarem em relação ao que é posto em discussão (Gaskell, 2002).

O grupo focal como um procedimento de construção da informação acaba por ser uma estratégia metodológica que possibilita analisar como as ideias divergem e convergem dentro de um grupo, observando as interações características de processos grupais (Souza, Silva & Assis, 2018). Seu objetivo é exatamente construir uma variedade de informações,

sentimentos, experiências, representações de pequenos grupos acerca de um determinado tema (Kind, 2004). É a partir do compartilhamento, por parte dos/as participantes, de suas vivências cotidianas, que a construção de informações é realizada, uma vez que o mundo social é ativamente construído também por tais vivências (Gaskell, 2002; Gatti, 2005).

Assim, a partir da exibição das cenas previamente selecionadas, os/as participantes do grupo focal responderam as questões do roteiro elaborado pela pesquisadora, compartilhando suas opiniões, impressões, percepções e crenças com o grupo. De acordo com Madureira (2016), as imagens, como artefatos culturais, podem servir como ferramentas metodológicas importantes, no sentido da promoção de discussões de temas considerados polêmicos ou *tabus*. Tudo o que foi dito durante o período em que os/as participantes estavam reunidos no grupo focal, por volta de 90 (noventa) minutos, está gravado em áudio, com o consentimento dos/as participantes. O custeio da pesquisa ficou a cargo da pesquisadora.

5.4 Procedimentos de análise

Para explorar, de modo aprofundado, as informações produzidas durante a sessão de grupo focal, primeiramente foi realizada a transcrição do áudio do encontro. A partir da transcrição, a análise das informações construídas no grupo focal foi realizada por meio do método de Análise de Conteúdo Temática. Segundo Bardin (2009), neste método de análise utilizado, o tema é a unidade de significação que emerge de um conteúdo analisado. Sendo assim, a Análise de Conteúdo Temática consistiria na identificação e análise de núcleos de sentido, a partir do que foi exposto (Bardin, 2009; Minayo, 2007), ou seja, “agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso” (Gomes, 2004, p. 70).

A partir da formação de categorias temáticas, podemos focalizar mais precisamente os significados manifestos ou implícitos que emergiram durante a sessão de grupo focal

(Gomes, 2004; Silva & Assis, 2010) realizada. A partir dos objetivos da pesquisa e dos temas relevantes que surgirem a partir do contato com os/as participantes, as categorias analíticas temáticas são construídas. Vale ressaltar que esta construção se dá após a interação com os participantes. Optou-se, também, pela utilização de instrumentos de pesquisa mais estruturados, que, posteriormente, auxiliaram no trabalho de análise de pontos de convergência e divergência.

As categorias analíticas temáticas que orientaram o trabalho interpretativo foram as seguintes: (1) Violência de gênero e seus dispositivos na sociedade brasileira atual; (2) Fundamentalismo religioso e relações de poder: questões de gênero em foco; (3) Saúde mental e questões de gênero.

6. Resultados e Discussão

Na presente seção, serão apresentados e discutidos resultados significativos da sessão de grupo focal realizada com os/as participantes. A análise será realizada a partir das categorias analíticas temáticas anteriormente especificadas, delineadas a partir dos objetivos delimitados. Cabe destacar que os nomes apresentados são fictícios.

6.1 Violência de gênero e seus dispositivos na sociedade brasileira atual

“E num desses momentos de reflexão com os meus amigos, a gente chegou ao pensamento de que “Até que ponto isso é realmente muito utópico?” (...) Será que isso realmente seria uma distopia longe da gente?” (Anabela)

Na sessão de grupo focal realizada com os/as participantes, antes que fosse iniciada a discussão sobre as cenas da primeira temporada da série “O Conto da Aia”, foram realizadas perguntas sobre o construto “Gênero”. Foi de suma importância esse levantamento de opiniões e percepções, previamente à discussão sobre a violência derivada das relações de gênero, a fim de melhor compreender os significados atribuídos pelos/as participantes. Por exemplo: “[o gênero] algo que basicamente define lugares em que a gente possa estar na nossa sociedade, assim, desde antes de você nascer. Na verdade, desde que o momento em que a gente é designado, sendo homem ou mulher, né...” (Anabela).

O participante Tomás também compartilhou opiniões e percepções, a partir de sua vivência: “Para mim, gênero é uma forma de se ver e se colocar no mundo. Só que, como ela falou, não é algo que é criado do nada, é um construto social. A gente é muito influenciado e bombardeado disso...” (Tomás)

A partir das respostas dos/as participantes, podemos relacionar as discussões aqui desenvolvidas com outras discussões teóricas em que o gênero é apresentado como um conceito relacional (Zanello, 2018), ultrapassando as significações atribuídas à dualidade biológica.

Por todos/as os/as participantes, houve o reconhecimento do impacto das expectativas sociais e ‘regras’, incentivadas desde o início da vida do sujeito, a fim de delinear e canalizar performances subjetivas. Assim como o explorado na seção teórica “A Formação das Identidades e as Tecnologias de Gênero”, o Dispositivo (Foucault, 1996) e as Tecnologias de Gênero (Zanello, 2018) são exemplos de mecanismos que apresentam influências significativas frente a essas performances subjetivas. Estas influências seriam formas de manifestação do que chamamos de ‘pedagogias afetivas’ (Zanello, 2018). Ou seja, formas de ‘ensinar’ como o sujeito deve manifestar suas identidades, seja a sexual, a de gênero, ou qualquer outra de acordo com os padrões, socialmente estabelecidos. Segundo Valsiner (2012, p. 278), “campos afetivos são constantemente colocados como um alvo principal dos esforços de canalização social”.

Assim, são desenvolvidas e mantidas formas ideais e/ou ‘verdadeiras’ de se viver a própria masculinidade ou feminilidade, de acordo com o esperado em cada período histórico, como afirma Diego: *“O gênero não só sendo uma construção social e cultural, mas também sendo histórica, que tem a história das características, papéis, exigências e expectativas que, de certa forma, é passado de geração em geração.”*

Retomamos, então, a importância da necessidade de atenção aos processos de significação e representação das identidades de gênero em cada sociedade (Scott, 1995), uma vez que os indivíduos acabam, muitas vezes, por cumprir suas “funções” e seguir comportamentos sociais esperados, a fim de suprir uma necessidade de pertencimento a um padrão, tido como ‘correto’ (Zanello, 2018). É a partir de um olhar atento para o que cada

sociedade considera que seriam os homens e mulheres ‘de verdade’, que é possível explorar, de forma mais aprofundada, a raiz da violência contra as identidades de gênero que se manifestam de forma contrária ou diferente do que se é socialmente esperado.

Foi observando as formas de manifestação da violência, no vídeo exibido durante sessão de grupo focal, que os/as participantes manifestaram inquietude, fazendo paralelos concretos entre a obra distópica em foco e a realidade brasileira. Por exemplo, Laura afirmou: *“Quando você vê a mulher [uma das Aias, Janine/Ofglen] sendo acusada pelo estupro que ela mesma sofreu, infelizmente, a gente vê muito na realidade (...) mulheres se culpando, apontando o dedo umas para as outras... isso é mais perto da realidade!”*.

Como a autora Margaret Atwood afirmou em sua entrevista para o *The New York Times* em 2017, “uma das minhas regras foi que eu não botaria nenhum evento no livro que já não tivesse acontecido (...). Sem dispositivos imaginários, sem leis imaginárias, sem atrocidades imaginárias.” Ou seja, muito do conteúdo apresentado na obra distópica pode parecer distante da realidade, mas muitos mecanismos de controle e de poder, podem vir a se manifestar na sociedade brasileira atual, de formas muito semelhantes à distopia. Isto é percebido não apenas no cenário atual, mas em outros períodos da história do Brasil, como o da ditadura civil-militar (Lionço, 2017), e outros períodos da história de outros países:

“Eu acho que inclusive, que aquela cena que elas tiram as coisas do ambiente de trabalho... eu fico pensando que isso remete muitas histórias que eu já escutei sobre o período da ditadura, por exemplo, sabe? E eu lembrei desses relatos de que eu já ouvi de que pessoas que viveram e trabalharam nessa época. É muito parecido... assim, realmente lembra muito esse relato, dessas pessoas na época da ditadura, bem como Diego falou, existe um movimento mesmo, bem saudosista do passado...de um passado utópico...” (Laura)

“E glorioso né...” (Diego)

“Sim, glorioso... mas que nunca existiu né... é aquela coisa tipo Hitler. Ele usou a mesma exaltação de um passado glorioso e havia esse mesmo medo. Aquelas estratégias que se reciclam de diversas formas, sabe? E sei lá, elas encontram inspiração uma na outra, e isso aí para mim é bem perto da gente...” (Laura)

A partir do que foi expresso pelos/as participantes sobre a percepção da existência de um sentimento saudosista em relação ao passado, cabe a discussão desenvolvida por Woodward (2000) sobre o essencialismo histórico e como que este pode fundamentar várias afirmações históricas equivocadas sobre o passado, causando esta sensação de um “passado glorioso”. Inclusive, a autora discute justamente que “certos movimentos políticos podem buscar alguma certeza na afirmação da identidade apelando seja à ‘verdade’ fixa de um passado partilhado, seja a ‘verdades’ biológicas.” (Woodward, 2000, p. 14)

É a partir da análise da cultura, que podemos compreender um pouco mais sobre a história da humanidade, o que já aconteceu, o que está acontecendo, seus possíveis rumos, afinal “o comportamento humano é visto como uma ação simbólica” (Geertz, 2008, p.8) e, portanto, é repleta de significados. A cultura, a partir do que é discutido por Madureira (2018), envolve a articulação complexa entre a transmissão de legados de gerações anteriores e a influência de ações criativas, não sendo apenas um processo de reprodução de valores, costumes, práticas, etc. É, então, a partir desta análise dos significados da ação humana, que podemos analisar os ‘porquês’ de certos acontecimentos dentro de uma sociedade específica: *“acaba que a gente fala ‘nossa, que absurdo’ mas pensa assim, ‘a gente já não achou antes um absurdo várias coisas que realmente aconteceram?’.”(Laura).*

A pesquisa realizada por Theodor W. Adorno (2019), publicada em 1950, analisa o que foi chamado de “fascismo potencial”, em seus estudos sobre a personalidade autoritária. A

partir desde estudo, pode-se perceber o porquê de práticas fascistas serem facilmente naturalizadas, gerando questionamentos como o de Anabela: *“Cara... se hoje em dia as mulheres já não tem tanto poder sobre elas e voz sobre aquilo que elas mesmas sentem e querem fazer, será se isso acontecesse aqui não podia realmente virar uma Gilead?”*.

O controle sobre o feminino se torna parte da manifestação ‘ideal’ do masculino, ancorada na masculinidade hegemônica, em que a manifestação de violência é uma tentativa de manutenção de fronteiras simbólicas rígidas (Madureira & Branco, 2012), de forma reativa, a fim de manter o poder e os privilégios (Almeida, 2014). Um exemplo foi expresso pelo participante Tomás: *“O que é passado aí [aponta para o projetor, em referência as cenas da série “O Conto da Aia” assistidas previamente] é uma coisa muito extrema, só que Foucault já falava de mecanismos de poder... que são muito sutis, que nem essa questão do aborto, a não legalização, é uma maneira de controlar esses aspectos!”*. Portanto, é importante também retomar que poder e violência estão intrinsecamente ligados (Chauí, 2017).

(...) Violência, palavra que vem do latim e significa: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); (...) 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade (...) e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos (Chauí, 2007, p.1).

Percebendo ainda como a violência e o machismo estão enraizados na história da sociedade brasileira, contribuições como a do participante Diego, despertam novamente a necessidade de atenção para práticas autoritárias e, conseqüentemente, violentas, que são naturalizadas ou justificadas no cotidiano (Tiburi, 2015).

“Mas eu vejo o cenário atual do Brasil e eu sinto que existe talvez uma tentativa de tornar a realidade brasileira um pouco mais parecida com cenário [de Gilead]... de dar o poder quase absoluto ao masculino e submeter as mulheres... que para mim parece quase uma tentativa de voltar as coisas como elas eram antes, onde mulheres não tinham voz, não tinham direito, o homem comandava, mandava em tudo, o homem era o mais próximo a Deus que poderia ter...”

Essa hierarquização e, conseqüente, naturalização entre os gêneros, promovendo práticas autoritárias, acontece das mais diversas formas no cenário brasileiro, atual e passado. Pode ser percebida nas instituições, como a família e a igreja, com o que Vainfas (2012) chamou de “Monarquia Patriarcal do Direito Divino”, na política com manifestações sexistas nos discursos de membros do governo federal atual, como em uma citação famosa, reproduzida de forma crítica pela participante Beatriz *“Homem usa azul, mulher usa rosa, né”*. Pode ainda ser percebida em construtos tidos como valores pessoais, como a “Crença no Mundo Justo (CMJ)” (Lerner & Miller, 1978) ou de outras formas na direção da manutenção de um status quo desejado por grupos que ocupam posições privilegiadas.

Uma característica valorizada na performance associada à identidade masculina, ancorada na masculinidade hegemônica (Bonfim, 2018; Bourdieu, 2007), é a suposta invulnerabilidade. O poder é o construto que pode conferir, ao masculino, esta sensação desejada, de invulnerabilidade pessoal (Correia & Vala, 2003; Furnham, 2003):

“Eles estão no lado da história que dá poder para eles, enquanto isso for cômodo, nada vai mudar! E aí que é o rolê que eu falei, que é interessante levar essas questões para fora da academia, porque a gente vê a situação e fica só por isso! E foi o que aconteceu na cena da demissão das mulheres, todo mundo sem saber o que fazer e falar, só “não sei” e na verdade a omissão também é uma posição! Deixar que essas coisas se perpetuem não é bacana, eu acho que a gente como cidadão, tem que buscar e cuidar das paradas, não se posicionar é apoiar, pessoal. Por isso, minha revolta!
(Tomás)

“A gente vê que até o silêncio diz! No seu silêncio você já está dizendo algo, né? O próprio silêncio já pode ser um barulhão de volume extremamente alto.” (Diego)

“Neutralidade é algo que eu considero impossível, tipo, se você não fazer nada você já tá fazendo!” (Tomás)

“Neutralidade... Eu também tô vendo que neutralidade não é uma não posição, na verdade, é uma posição: a posição de que ‘não é comigo e tchau’.” (Diego)

A partir das discussões desenvolvidas por Madureira (2007), é importante reforçar a relevância da educação como frente de luta. No intuito da promoção de mudanças sociais na direção da resistência contra os mecanismos que perpetuam a violência de gênero, a produção acadêmica vem como uma frente de luta política, produzindo conhecimentos teoricamente embasados, e divulgando tais conhecimentos para promover a educação voltada para o pensamento crítico e consciente, uma educação para a liberdade. Esta, entretanto, não é a única frente de ação possível e a partir dos estudos realizados, deve-se sempre pensar em possibilidades práticas de resistência e mudança:

“A discussão é muito rica e amigável em alguns pontos, dentro do ambiente acadêmico, só que cara, se a gente for parar para pensar a quantidade de pessoas que frequentam o ambiente acadêmico, é muito baixa... e eu acho que produção acadêmica, discussão acadêmica ela tem que ter uma aplicação para a sociedade como um todo!(...) A forma com que isso é levado... para fora, para a população como um todo, pessoas que não têm acesso ao ambiente acadêmico, é fraco...” (Tomás)

Os processos educativos voltados para a promoção da liberdade e da autonomia, baseados na esperança de uma sociedade verdadeiramente democrática, tem várias frentes de ação possíveis: a governabilidade a partir do consenso, o limite ao poder e a substituição da força (e, conseqüentemente, da violência) pelo diálogo e a persuasão (Tiburi, 2015). Como uma forma de resistência, são desenvolvidos os estudos sobre gênero e violência e o presente trabalho é, neste sentido, mais uma contribuição na direção da construção e democratização de conhecimentos na área. Mas que, a partir da teoria, instiguemos a prática, para que estudos como este se configurem como embasamento para que os/as profissionais e futuros/as profissionais, em suas práticas, possam desenvolver e implementar ações voltadas para a desnaturalização de mecanismos de poder e hierarquização nas relações de gênero.

6.2 Fundamentalismo religioso e relações de poder: questões de gênero em foco

“Se Deus é homem, o homem é Deus” (Daly, 1973, p.19)

Como discutido anteriormente, as performances associadas às identidades de gênero e identidades sexuais têm um âmbito político (Butler, 2003). O aumento da visibilidade das mais diversas formas de performance identitária e as respectivas lutas por reconhecimento de direitos acaba por alarmar setores conservadores e tais discussões tem se transformado em uma disputa de valores tidos como ‘corretos e justos’ (Facchini & Sívorì, 2017).

Movimentos conservadores, munidos de argumentos como os desenvolvidos pela chamada “Ideologia de gênero” constituem, atualmente, um empecilho na busca pela garantia dos direitos relacionados à equidade de gênero e à diversidade sexual e de gênero, ou seja, os direitos humanos. É importante ressaltar, em sintonia com a fala de uma das participantes, Anabela, que os Estudos de gênero não constituem uma ideologia, portanto, não é verdadeira a validade do termo “Ideologia de gênero”: *“Elas acham que discussão sobre gênero é deixar de existir o homem e a mulher! E não é exatamente isso! É também a discussão de que existem múltiplas pessoas no mundo, e essa caixinha de gênero ‘homem e mulher’ não se encaixa em todo mundo e por isso a gente tem que discutir.” (Anabela)*

Com discursos baseados no salvacionismo da nação de tudo o que seria ‘desviante’ (Lionço, 2017), lideranças do campo religioso vem se lançando politicamente⁴. Este grupo, então, buscando cumprir sua ‘agenda’, baseada em moralidades dualistas (certo versus errado, virtude versus pecado) promove a necessidade deste tipo de discussão crítica e articulação entre a violência de gênero, os direitos civis e a religião.

Projetos de Lei como o nº 6.583/2013⁵, que prevê a criação do Estatuto da Família, são exemplos concretos de como a comunidade LGBTQ+, por exemplo, como minoria política, vem sendo silenciada por ser compreendida como ‘transgressora’, de forma similar aos ‘traidores de gênero’, na obra de Margaret Atwood. Cabe mencionar o Artigo 2º deste projeto de lei: “Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre **um homem e uma mulher**⁶, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.”

⁴ Cabe novamente a recomendação do documentário “Gênero Sob Ataque”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Aj3St_zUM7M.

⁵ Projeto de lei disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=47FC186CDB5C27E515DF6EEB0712A562.proposicoesWeb2?codteor=1398893&filename=Avulso+-PL+6583/2013

⁶ A marcação em negrito está na redação do projeto de lei mencionado.

Então, assim como discutido por Barbosa (2017), na seção teórica “A Repressão Violenta em Relação às Identidades Sexuais Não Hegemônicas: Sexismo e Heteronormatividade em Discussão”, sujeitos são invisibilizados, têm seus direitos negados e são submetidos a um constante julgamento moral, pelo fato de vivenciarem sua sexualidade de formas distintas das expectativas ancoradas na heteronormatividade. No contexto da obra de Margaret Atwood, em uma das cenas mostradas aos/as participantes na sessão de grupo focal, o julgamento ocorreu de forma literal:

“Mas esse contexto... de tirar o livre arbítrio da pessoa por uma coisa que eles dizem ser maior, no caso, seria a religião... inconcebível! Porque a mulher na história não tem direito sobre seu próprio corpo, não tem direito sobre sua forma de pensar e eles utilizam de diversos mecanismos para que isso se perpetue, se não é a força, como foi a presença dos guardas na porta do trabalho, é através da religião... o julgamento não durou 30 segundos, eles recitaram o versículo da Bíblia e ela já tava culpada... Como assim, cara? É desconfortável, é sinistro isso!” (Tomás)

O diálogo é uma manifestação da prevenção à violência. Na ausência deste, a violência é tudo o que há (Tiburi, 2015).

“Por que quando qualquer tipo de ideia é dogmatizada alguma coisa tá errada, alguma coisa tá incrivelmente errada... e ainda mais quando isso fere o outro, no sentido dele se expressar, dele ser, dele amar! A mulher foi condenada porque ela era traidora de gênero... só esse termo... me desconcertei todinho... é bem desconfortável essa série, esse cenário.” (Tomás)

Organizados politicamente e religiosamente, os defensores da dita “família tradicional” ou em uma visão idealizada de unidade do “povo de Deus”, promovem na população ansiedade e desconforto moral (Facchini & Sívori, 2017). O papel da vilania é direcionado para as mulheres e a comunidade LGBTQ+, os potenciais ‘impuros e desviantes’.

O artigo de Almeida (2017), intitulado: “A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo”, propõe a análise no contexto brasileiro do que o autor denominou “virada conservadora”: no âmbito econômico com a celebração da meritocracia (em uma mentalidade parecida com a proposta pela Crença no Mundo Justo – CMJ). No âmbito moral, se impõe uma agenda reguladora e autoritária. No âmbito político, são demandadas políticas de segurança mais punitivas e repressivas. E por fim, mas não menos importante, no âmbito das interações sociais em situações de forte antagonismo político, como o que se apresenta no contexto político atual, no Brasil e em outros países, se produzem manifestações de intolerância social (Almeida, 2017). O que se pode perceber é que:

Tem-se que o discurso religioso ocupa lugar central na produção e reprodução destas desigualdades e, conseqüentemente, na produção das violências que dela decorrem, mas, do mesmo modo, poderá ocupar lugar igualmente central na produção de novas formas de sociabilidades permeadas pela igualdade e que conduzam, assim, ao fim da violência de gênero (Maçalai & Nielsson, 2016, p.202).

Assim sendo, se práticas misóginas e machistas estão na base estrutural da nossa sociedade, o status quo no âmbito da sociedade brasileira e muito do que os ‘conservadores querem conservar’, por vezes, pode estar ligado à manutenção desta violência. Manter os valores que sustentam a desigualdade é manter a violência (Maçalai & Nielsson, 2016). Portanto, a violência de gênero e, conseqüentemente, o seu combate, pode ser expresso, nas

mais diversas áreas da vida humana, em termos culturais, históricos, normativos, religiosos, institucionais, a fim de rever e desconstruir relações de poder violentas. Como por exemplo, a partir do que foi expresso pela participante Anabela: *“Acredito que a gente tem que discutir gênero com outras discussões... Na verdade, eu acho que nada na nossa vida humana é separada, é única... é tudo muito conectado! Então a gente tem que discutir sobre gênero? Tem, mas tem que discutir gênero com outras discussões...”* (Anabela).

Os discursos religiosos, portanto, podem ocupar os dois pólos desta relação: de manutenção de valores opressores, conservadores, que acabam por estimular a violência ou de promoção da empatia, acolhimento e solidariedade. A religião, como importante instituição social e fonte de resiliência, pode e deve ocupar novas formas de sociabilidade, permeadas pela igualdade (Maçalai & Nielsson, 2016).

“Por mais que a mulher esteja inserida no mercado de trabalho e tal, ocupando espaços de poder representativo, nossas representações... a gente tem uma cota do Legislativo que não se enche... ou então se enche de mulheres que estão lá só para assinar um papel e no final das contas, ela não assumir, entendeu? Então assim, por mais que tem essa cota... não se preenche! Os homens continuam nos representando, a gente fica sem representação, no fim das contas...” (Laura).

A partir do poder da influência do fundamentalismo religioso como mantenedor da violência articulado à conquistas dos direitos de minorias políticas, como as mulheres e a comunidade LGBTQ+, discutida na seção teórica “Instituições sociais, a Cultura do Estupro e os Papéis de Gênero”, podemos perceber que a ofensiva política conservadora, manifestada pelos interesses da bancada política religiosa, tem como agenda o descrédito de alguns movimentos sociais. O movimento feminista é um dos que mais sofrem esta tentativa de

silenciamento, e conseqüentemente, retrocesso, a partir de ações como o movimento “Escola sem Partido” e a expansão de ideias alinhadas com a chamada “Ideologia de gênero” (Costa & Honório, 2017).

A partir das discussões desenvolvidas por Savi (2015), podemos concluir que o fundamentalismo religioso, ou seja, a interpretação literal das revelações do livro sagrado referente a determinada religião (Santos, 2014) dá origem à intolerância e, conseqüentemente, à violência. Assim, “Este rigorismo origina-se do caráter militante e missionário dos fundamentalistas, cuja moral é intransigente no que se refere à sexualidade, à família, à homossexualidade e ao movimento feminista. E para que possam tratar diretamente das causas referidas, eles tentam disseminar suas ideologias no cenário político.” (Savi, 2015, p. 13). Então, movimentos políticos fundamentalistas facilmente se manifestam como “salvadores”, por somente eles deterem a "verdade", estando os demais em “pecado”. Assim, cabe a estes a “salvação” da população, com “Deus acima de todos”.

Fortalecer espaços de promoção de reflexões críticas são indispensáveis na atual conjuntura da política brasileira. O retrocesso dos direitos seja das mulheres, da comunidade LGBTQ+, ou de qualquer outra minoria política, atinge de forma coletiva toda a população (Costa & Honório, 2017). Na obra literária em foco, foram estes pensamentos obscurantistas, doutrinários e autoritários que acabaram por transformar os Estados Unidos da América em “República” de Gilead.

6.3 Saúde Mental e Questões de Gênero

“Em questão das diferenças, só na intensidade mesmo (...) é que eu estava tentando buscar uma diferença e eu percebo que é só na intensidade.” (Beatriz)

Depois das discussões já desenvolvidas, articulando a obra literária “O Conto da Aia” e a realidade brasileira, fica mais simples conseguir visualizar as significativas interfaces entre as questões de gênero e seu impacto na saúde mental dos sujeitos. As Aias, na literatura, não são apenas “despersonalizadas” como mulheres, mas também como seres humanos (Lima, 2017), sendo elas apenas uma posse do seu Comandante e tendo uma função clara e única naquela família: a de ser posse de alguém e parir.

“O que se espera que ao nascer, de uma certa forma, vai delimitar também qual é o seu gênero, seus papéis, bem assim tipo obrigatoriamente quase. Você vê que o seu... a forma que você nasce, o jeito que você nasce, as suas características fisiológicas e biológicas, que você traz ao nascer, já fala ‘você é esse gênero, você aquele gênero, agora siga nesse rótulo’ que é acima de tudo historicamente construído” (Diego).

Temos, então, parte do conceito de mulher imposto pelo patriarcado, cumprindo requisitos: bela, mãe, obediente, entre outros. Todas estas obrigações apresentam-se como óbvias: para ser mulher “de verdade”, deve-se ser assim. E qual o custo real desta performance ideal? *“Ninguém sabe o que tá acontecendo, todo mundo confuso, mas sabe que tem alguma coisa muito errada, e que tem a ver com gênero, porque são só as mulheres...” (Laura).*

Mulheres se tornam não pessoas – indivíduos que não possuem todos seus direitos e as oportunidades que as possibilitem de se opor abertamente à construção, feita pela sociedade, delas como Martha, Esposa, e Aia – e suas sociedades as despem de qualquer recurso com o qual criar sua própria realidade subjetiva (Hogsette, 1997, p. 263-264).

A vulnerabilidade feminina às violências tem relação íntima com a organização social de gênero ligada ao patriarcado (Medeiros & Tavares, 2017). Pode-se perceber,

cotidianamente, como as concepções naturalizadas sobre gênero se manifestam no campo do sofrimento mental, especialmente nas experiências vivenciadas por mulheres, em aspectos relacionados ao dispositivo materno (relações de cuidado) e amoroso (“capital matrimonial”, discutido na seção teórica “Instituições sociais, a Cultura do Estupro e os Papéis de Gênero”), mediado pelo ideal de beleza (Zanello, 2016).

Durante o período de elaboração da presente Monografia, pude realizar estágios específicos em duas instituições de Saúde Mental no Distrito Federal: o CAPS II de Taguatinga e a Psiquiatria do Hospital de Base de Brasília. A partir desta vivência, foi possível perceber, como as questões de gênero, e a violência proveniente, tem um potencial adoecedor. Ocorreram, durante os meses de estágio, admissões/acompanhamentos semanais de casos de adoecimento psíquico intimamente ligados a abusos físicos, sexuais, psicológicos, patrimoniais, entre outros, sofridos por mulheres usuárias destes serviços de saúde. Eram extremamente comuns os casos de psicose, tentativas múltiplas de auto extermínio, discursos e pensamentos delirantes, alucinações (visuais, auditivas, etc), surtos psicóticos, episódios depressivos graves, entre outras manifestações de sofrimento psíquico grave, após episódios de abuso sexual ou por mulheres que passaram por abusos sexuais durante a vida. Novamente, o feminino é ligado à intensa vulnerabilidade, em vários sentidos.

A partir de estudos realizados por Good e Kleinman (1985), pode-se inferir que as vivências em relações de poder violentas acabam por, muitas vezes, provocar eventos que desencadeiam o desenvolvimento de quadros de depressão, inclusive por gerar intensos sentimentos de menos valia. Esse tipo de sofrimento psíquico, em todo o mundo, tem uma incidência maior entre mulheres, já que estas ocupam posições sociais de relativa marginalização, inclusive pelo sentimento de falta de poder e liberdade (Good e Kleinman, 1985).

“Há um medo das coisas que não devem ser faladas e, portanto, isso só aumenta a grande tensão dessas coisas...” (Laura). Frente a esta situação, a mulher “deixa de procurar a razão de seu mal-estar nas suas condições de existência e revela, por meio do sofrimento (situação de surto), a opressão interior e a perda de qualquer poder sobre si mesma” (Garcia, 1995, p. 119).

Aqui é importante resgatar também outro estudo realizado por Campos e Zanello (2016), analisando os tipos de adoecimento em um CAPS II localizado no Distrito Federal. Os prontuários sinalizaram indicadores de sofrimento intenso relacionados: à conjugalidade, à maternidade, a conflitos familiares e a sobrecargas no papel de cuidadora.

O modo de ver ainda é um modo predominantemente masculino. Portanto, as representações simbólicas são em função dessa visão masculina predominante e, conseqüentemente, dispõem a mulher em função desse homem, em sua imagem, vontade e sexualidade (Berger, 1972). É por esse discurso e esse olhar em relação às mulheres que as mesmas são transformadas em objeto (Loponte, 2002). A objetificação aumenta a vulnerabilidade feminina, aumentando a sua exposição a situações de risco e violência.

Novamente, performances esperadas do feminino, percebidas tanto no cenário brasileiro atual como no contexto da obra literária em foco e que, manifestam-se na história do adoecimento feminino, e acabam por desqualificar sofrimentos. A histeria, por exemplo, sempre foi considerada uma doença apenas de mulheres, quase como um resultado natural da suposta “essência ou natureza feminina” (Engel, 2007).

Logo, percebe-se uma tendência a reconhecer o sofrimento psíquico feminino como uma “forma de ser”. Esta é uma maneira de naturalização e invisibilização do sofrimento das mulheres, o que é uma outra forma de violência. Na verdade, assim como o discutido por Kleinman (1991), o sofrimento psíquico e o diagnóstico proveniente deste, deve ser visto como parte da experiência da pessoa e seus recursos de enfrentamento, portanto, é

indissociável das relações sociais e culturais vigentes. Assim como expresso pela fala do participante Tomás: *“As pessoas não gostam de debater sobre isso? Beleza! Mas são coisas que precisam ser debatidas, porque a repercussão que isso tem em aspectos de raça, de classe social, relação vivencial, familiar é muito sinistra, é muito forte.”* (Tomás)

A partir do estudo realizado por Medeiros e Tavares (2017), concluiu-se que no Brasil, há um déficit de estudos sobre avaliação de risco em casos de violência contra mulher.

“Gênero tomou nome tão ruim socialmente, por causa de um medo social que existe dessa mudança... às vezes, você tá trabalhando gênero (...) mas não fala palavra gênero e a pessoa tá aceitando. No ponto que você fala “gênero”, a pessoa já retrocede, já tem dez pés atrás porque essa palavra traz medo para as pessoas” (Laura). Logo, percebe-se uma escassez de estratégias de educação em saúde mental e orientações para a população, estabelecidas com base em pesquisas empíricas. *“O desconforto que eu tenho é que... é bonito, dentro da academia, a forma com que isso é levado... mas para fora, para a população como um todo, e pessoas que não têm acesso ao ambiente acadêmico e formação, é fraco!”* (Tomás).

No sentido de prevenção das práticas de violência e conseqüentemente, promoção de saúde, a educação novamente se apresenta como importante:

“Obviamente que com criança, sei lá, de 7 anos, a gente deve discutir gênero de uma maneira adequada para essas crianças de 7 anos, mas as pessoas mais velhas acabam atrasando um pouco dessa nossa caminhada... mas eu acredito que a gente ainda deve inserir essa discussão de gênero em outros locais... E não da maneira, tipo, brigando assim, mas maneira mais calma, porque se você bate de frente com outras pessoas assim... não vai” (Anabela).

Essas discussões que ressaltam a importância dos estudos de gênero para a Psicologia são relevantes por questionar a naturalização das diferenças entre homens e mulheres, na

tentativa de romper com práticas violentas. Contribui-se para a atuação da Psicologia na medida em que, dentro de uma sociedade patriarcal e heteronormativa, como a brasileira, busca-se promover elementos que possam fortalecer o protagonismo das mulheres, a partir da denúncia da opressão que a subjetividade feminina está submetida, simplesmente pelo fato de ser mulher.

Muitos casos de adoecimento psíquico, violência física e psicológica e até o feminicídio acontecem, e devem ser desnaturalizados por meio do reconhecimento de tais práticas, para que possam ser desconstruídas. A visibilidade destas questões tem sido uma preocupação, uma vez que nos espaços de formação, das escolas de educação infantil até as instituições de ensino superior, muitas vezes, não se discute sobre gênero. Daí advém a necessidade de refletir e problematizar criticamente tais questões dentro e fora da Psicologia.

Considerações Finais

A presente Monografia buscou analisar alguns dos dispositivos da violência de gênero e sua forma de manifestação na sociedade brasileira atual, de forma articulada ao cenário distópico da obra literária de Margaret Atwood, “O Conto da Aia”. A escolha da utilização da obra literária de Margaret Atwood vem, justamente, para estimular o reconhecimento crítico da influência desses significados culturais associados ao ‘ser homem’ e ao ‘ser mulher’ no cenário da sociedade brasileira atual.

Foi possível perceber a forma como a feminilidade, a masculinidade e os dispositivos institucionais que são representados na narrativa, demonstrando uma cultura predominantemente patriarcal e conservadora, formam uma combinação muito parecida, apesar de exacerbada, em relação à sociedade na qual estamos inseridos/as, contemplando o objetivo geral da presente Monografia.

A naturalização pode levar à objetificação das mulheres e, em prol da manutenção do poder associado ao masculino (Segato, 2003), gerar diferentes formas de violência. E nós, como mulheres, sofremos graves consequências.

Logo, é relevante haver um maior investimento na formação dos psicólogos/as, para que eles/as estejam mais preparados/as para trabalhar as questões de violência de gênero, independentemente do espaço onde atuarem. Há alguns anos, venho desenvolvendo pesquisas na área de Estudos de Gênero, sob a orientação da professora Ana Flávia Madureira e ao ter experiências práticas relacionadas aos estágios que realizei, pude perceber ainda mais a importância da articulação entre teoria e prática. É preciso que os/as profissionais se sintam capacitados/as, a fim de desenvolver modos de combater dispositivos de violência nas suas vivências profissionais, desnaturalizando conceitos naturalizados e hierarquizantes, vinculados às questões de gênero.

Assim, sugiro, como pesquisa futura, o desenvolvimento de projetos para colocar as discussões sobre gênero em prática nos cenários de atuação profissional. A presente pesquisa explicitou que, em um modelo de sociedade patriarcal, por ser excessivamente enfatizada a autoridade do homem em relação à mulher, situações violentas podem se manter por conveniência do próprio sistema, em prol de um funcionamento tido como 'ideal' (Mariano, 2016). É significativo pensarmos também que o/a psicólogo/a pode e deve atuar na direção da prevenção de qualquer tipo de violência. Portanto, é necessário um investimento mais efetivo na formação em Psicologia e em pesquisas com esta temática.

A formação em Psicologia me deu o privilégio da transformação. Terminei esse ciclo em minha vida, sentindo-me diferente, não apenas por ter me tornado uma profissional na área que amo, mas também como uma nova mulher, mais consciente e mais humana. Acredito veementemente no poder de transformação a partir do encontro com o outro, no acolhimento do seu sofrimento, na troca de experiências e, conseqüentemente, na possibilidade constante de aprender. Acredito no poder da resistência e da luta, contra mecanismos mantenedores da violência. E, especialmente, acredito no poder renovador da minha (futura) profissão. Terminei este ciclo fortalecida, acreditando ainda mais na necessidade de manter-se em uma postura crítica e reflexiva para então, assim, transformar! Assim como fui, e estou sendo, transformada. Sempre.

Referências:

- Adorno, T., Frenkel-Brunswik, E., Sanford, R. N., & Levinson, D. J. (2019). *The authoritarian personality*. Verso.
- Almeida, R. de. (2017) A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. *Cadernos pagu*. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp. Campinas, São Paulo. (50).
- Almeida, T.M.C. (2014). Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. *Revista Sociedade e Estado*. 29 (2), 329-340.
- Almond, G; Verba, S. (1963). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press.
- Armstrong, K. (2009). *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Atwood, M. (1986). *O Conto da aia*. Trad. Márcia Serra. São Paulo: Marco Zero.
- Atwood, M. (2012). *In Other Worlds: SF and the Human Imagination*. Ed. First Paperback Edition. Estados Unidos: Anchor.
- Barbosa, S. M. (2017). *Os Efeitos da Homofobia na Construção das Identidades Sexuais NãoHegemônicas e o Papel da/o Psicóloga/o na Promoção da Saúde*. Trabalho de Conclusão de Curso não-publicada, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, Brasil.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, Brasília, 29 (2) p. 449-469.
- Bandeira, L. M. (2017) Gênero e poder: Múltiplas faces. In: Stevens, C., Oliveira, S. D., Zanello, V., Silva, E., & Portela, C. (2017). *Mulheres e violências: interseccionalidades*.
- Berger, J. (1972). *Modos de Ver*. Tradução Lúcia Olinto. Rio de Janeiro: Rocco.

- Bíblia Sagrada (1992). Centro Bíblico Católico. Tradução Frei João José Pereira de Castro. 86ª Edição. São Paulo: Editora Ave Maria.
- Bleier, R. (1984). *Science and Gender: A Critique of Biology and its Theories on Women*. Oxford/New York: Pergamon Press.
- Bonfim, L. (2018). *Masculinidades: Relações de Poder e Processos de Subjetivação Gay*. Trabalho de Conclusão de Curso não-publicada, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, Brasil.
- Borba, J. (2008). *As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil*. Revista Debaes, Porto Alegre, 2(2), 134 – 157.
- Borrillo, D. (2010). A homofobia. In T. Lionço & D. Diniz (Org.). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*, 15-46. Brasília: Letras Livres / Editora da Universidade de Brasília.
- Bourdieu, P. (2007). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Butler, J. (1990) Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. In: Case, S-H. (Orgs.). *Performing Feminisms: Feminist Critical Theory and Theater*, Baltimore: Johns Hopkins Press, 296-314
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- Campos, C. J. G. (2004). Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 57(5), 611-614. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>
- Campos, I., & Zanello, V. (2016). Saúde mental e gênero: o sofrimento psíquico e a invisibilidade das violências mental health and gender: psychological distress and invisibility of violences. *Vivência: Revista de Antropologia*, 1(48), 105-117.

- Cechin, M. B. C, Silva, T. (2012). Assim falava Barbie: uma boneca para todos e para ninguém. *Fractal: Revista de Psicologia* 24(3), 623-638. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922012000300012>.
- Cerqueira, D., Lima, R.S, Bueno, S, Neme, C., Ferreira, H., Alves, P.P, Marques, D., Reis, M., Cypriano, O., Sobral, I., Pacheco, D., Lins, G., & Armstrong, K. (2019). *Atlas da Violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Chauí, M. (2007). Contra a violência. *Fundação Perseu Abramo–FPA. Publicado em*, 31(03).
- Chauí, M. de S., Itokazu, E. M., & Chauí-Berlinck, L. (2017). *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Conselho Federal de Psicologia (1999). Resolução nº 1 de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf.
- Correia, I. & Vala, J. (2003). *When will a victim be secondarily victimized? The effect of observer's belief in a just world, victim's innocence and persistence of suffering*. *Social Justice Research*, 16, 379 – 400. Doi: 10.1023/A:1026313716185.
- Costa, M. A. R., & da Costa Honório, A. C. (2017). *As expressões do patriarcado na ofensiva: alguns desafios para o tempo presente*. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão.
- Daly, M. (1973). *Beyond God the Father*. Boston: Beacon Press.
- Dias, A.R.; Machado, C.; Gonçalves, R.A & Manita, C. (2012). Repertórios interpretativos sobre o amor e as relações de intimidade de mulheres vítimas de violência: Amar e ser amado violentamente? *Análise Psicológica*, 1(2), 143-159.

- Demo, P. (2004). *Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos*. Campinas, SP: Editora Papirus.
- Engel, M. (2007). Psiquiatria e feminilidade. In: Del Priore, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Facchini, R.; Sívori, H. (2017). Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. *Cadernos Pagu*, (50), e175000
[.https://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500000](https://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500000)
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Furnham, A. (2003). *Belief in a just world: research progress over the past decade*. *Personality and Individual Differences*, 34(5), 795 – 817.
- Garcia, C. C. (1995) *Ovelhas na névoa: um estudo sobre as mulheres e a loucura*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos.
- Garcia, L. P., Freitas, L. R. S. D., Silva, G. D. M. D., & Höfelmann, D. A. (2015). Estimativas corrigidas de feminicídios no Brasil, 2009 a 2011. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 37, 251-257.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. Em M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*, 64-84. Petrópolis – RJ: Vozes.
- Gatti, B. A. (2005). Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Em *Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Brasília, DF: Liber Livro.
- Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Giffin, K. (1994). *Gender Violence, Sexuality and Health*. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10, 146 – 155.
- Gomes, R. (2004). A análise de dados em pesquisa qualitativa. Em Minayo, M. C. De S. (Org.) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*, 767 – 779. Petrópolis: Vozes.

- Good, B. & Kleinman, A. (1985). Culture e Depression. In: Kleinman, A. & Good, B. (eds.). *Culture and Depression. Studies in the Anthropology and Cross-Cultural Psychiatry of Affect and Disorder*. University of California Press.
- Grosz, E. (2000). *Corpos reconfigurados*. Cadernos Pagu., Campinas, SP, nº 14, p. 45-86.
- Hogsette, D. S. (1997). *Margaret Atwood's Rhetorical Epilogue in The Handmaid's Tale: The Reader's Role in Empowering Offred's Speech Act*. New York Institute of Technology, 38(4).
- Hooks, B. (2015). *Feminist Theory – from margin to center*. Nova York: Routledge.
- Junqueira, R. D. (2018). A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 449-502. Recuperado em 02 de setembro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&tlng=pt.
- Kehl, M.R. (2007). *Deslocamento do feminino*. Rio de Janeiro: Imago.
- Kind, L. (2004). Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em revista*. Belo Horizonte, 10(15), 124-136.
- Kitayama, S. & Park, H. (2007). Cultural shaping of self, emotion, and well-being: How does it work? *Social and Personality Psychology Compass*, 1(1), 202-222.
- Kleinman, A. (1991). *Rethinking psychiatry: from cultural category to personal experience*. New York: Free Press.
- Lagarde, M. (2013). *Solidão como uma arma política*. Curitiba: Herética Difusão Lesbofeminista Independente.
- Lauretis, T. (1984). A tecnologia do gênero. In: Hollanda, H.B. *Tendências e impasses – O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 206-242.
- Le Breton, D. (2009). As paixões ordinárias. *Antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes.

Lei 8.072, de 25 de julho de 1990 (1990). Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm.

Lei 13.104, de 9 de março de 2015 (2015). Altera o art. 121 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de

dezembro de 1940 – Código Penal. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm.

Lima, P. B de. (2017). A representação da mulher em O Conto da Aia: a influência da cultura patriarcal na percepção da mulher. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Inglês): Universidade de Brasília

Lerner, M. J. (1980). *The Belief in a Just World: A Fundamental Delusion* (p. 209). New York: Plenum Press.

Lerner, M. J., & Miller, D. T. (1978). Just world research and the attribution process: Looking back and ahead. *Psychological Bulletin*, 85(5), 1030 –1051.

Lima, P. De B. (2017). *A Representação da mulher em O Conto da Aia: A influência da cultura patriarcal na percepção da mulher*.

Loponte, L. G (2002) *Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino*. Estudos Feministas. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rev/v10n2/14958.pdf>

Louro, G. L. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes.

Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica.

Machado, L. Z. (2016). *A Lei Maria da Penha e a violência baseada no gênero*. Um diálogo interdisciplinar. Brasília: NEPeM, mar/abr. 2016 (mimeo).

Machado, R. (2008). Introdução: por uma genealogia do poder. In M. Foucault, *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

- Maçalai, G.; Nielsson, J, G. (2016). *Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: EST, 4.
- Madureira, A. F. A & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. In A.U Branco & M.C.S.L Oliveira (Eds.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural*, 125-155. Porto Alegre, Brasil: Mediação.
- Madureira, A. F. A. (2007). *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em:
http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1610/1/Tese_AnaFlaviaAmaralMadureira.pdf
- Madureira, A. F. A (2016). Diálogos entre a Psicologia e as Artes Visuais: as Imagens enquanto Artefatos Culturais. In: Freitas, J. L & Flores, E. P. (Orgs.). *Arte e Psicologia: Fundamentos e Prática*. Juruá Editora: Curitiba.
- Madureira, A. F. A. (2018). Social Identities, Gender, and Self: Cultural Canalization in Imagery Societies. In A. Rosa & J. Valsiner (Eds.), *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology*, 597- 614. Cambridge – UK: Cambridge University Press.
- Maia, C. (2011). *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Mariano, F. P. (2016). A Família Patriarcal Contemporânea. *Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS – ES*, 5(5).
- Martins, H. (2004). *Metodologia qualitativa de pesquisa*; São Paulo: Universidade de São Paulo Educação e Pesquisa.
- Matos, M. I. S. De & Soihet, R. (2003). Uma breve história das representações do corpo feminino na sociedade. São Paulo: Ed. da UNESP. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23973.pdf>

- Medeiros, M. N & Tavares, M. (2017) Construção e validação de checklist de avaliação de risco de violência contra mulher. In: Stevens, C., Oliveira, S. D., Zanello, V., Silva, E., & Portela, C. (2017). *Mulheres e violências: interseccionalidades*.
- Minayo, M.C.S. (2007). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M.C.S. (2011) Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Minayo, M.C.S (Org.) *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Minayo, M.C.S. (2012) Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciênc. saúde coletiva* 17(3), 621-626.
- Miranda-Novoa, M. (2012). *Diferencia entre la perspectiva de género y la ideología de género*. *Díkaion, Chia, Colômbia*, 21(2), 337-356.
- Miscolci, R. (2018). Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Caderno pagu*, 53, Campinas.
- Modesto, J.G.N. (2014). “*Nem todas as vítimas importam*”: *A influência das crenças no mundo justo na responsabilização de vítimas de diferentes grupos sociais* (Dissertação de mestrado). Univeridade de Brasilia, Brasília-DF.
- Muniz, D. Do C. G. (2017) As feridas abertas da violência contra as mulheres no Brasil. In: Stevens, C., Oliveira, S. D., Zanello, V., Silva, E., & Portela, C. (2017). *Mulheres e violências: interseccionalidades*.
- Parker, R. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller.
- Pino, A. (2005). *As marcas do Humano: Às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski*. São Paulo: Cortez.
- Prado, D. & Oliveira, C. F., (1982). *Relacionamento entre homens e mulheres nas camadas de baixa renda: amor e violência*. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 31, 6-10.

Projeto de lei 6.583 de 2013 (2013). Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=47FC186CDB5C27E515DF6EEB0712A562.proposicoesWeb2?codteor=1398893&filename=AvuIso+-PL+6583/2013

Rey, Fernando González (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson Learning.

Santos, B. de S. (2014). *Se Deus fosse um ativista dos Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez.

Savi, R. M. (2015). *Os Impactos do Discurso de Ódio na Saúde Mental de Ativistas de Direitos Humanos*. Trabalho de Conclusão de Curso não-publicada, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, Brasil.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2).

Segato, R. L. (2003). Las estructuras elementares de la violencia: contrato y status em la etiologia de la violencia. *Série Antropologia*. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

Silva, T. T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. Em T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, 73-102. Petrópolis: Vozes.

Souza Silva, J. R. & Assis, S.M.B. (2018). *Grupo focal e análise de conteúdo como estratégia metodológica clínica-qualitativa em pesquisas nos distúrbios do desenvolvimento*. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento* 10(1).

Spencer, J. C. (1993). *The usefulness of qualitative methods in rehabilitation: issues of meaning, of context and of change*. *Archives of Physical Medicine and Rehabilitation*.

- Stevens, C., Oliveira, S. D., Zanello, V., Silva, E., & Portela, C. (2017). *Mulheres e violências: interseccionalidades*.
- Swain, T. N (2016). Patriarcado rides again. In: Stevens, C., Oliveira, S. D., Zanello, V., Silva, E., & Portela, C. (2017). *Mulheres e violências: interseccionalidades*.
- Tiburi, M. (2015). *Como conversar com um fascista*. Editora Record.
- Vainfas, R. (2017) *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Tradução de Ana Cecília de Sousa Bastos. Porto Alegre: Artmed.
- Valsiner, J. (2014). *An Invitation to Cultural Psychology*. London: SAGE
- Valsiner, J., & Rosa, A. (Eds.). (2007). *The Cambridge handbook of sociocultural psychology*. Cambridge University Press.
- Waiselfisz, J. J. (2015). Mapa da Violência 2015- homicídios de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015. Disponível em:
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. In Silva, T.T (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* Petrópolis: Vozes.
- Zanello, V. Saúde mental, gênero e dispositivos. (2016) In: Dimenstein, M; Leite, J; Macedo, J. P & Dantas, C. (Org.). *Condições de vida e saúde mental em assentamentos rurais*. 1ed.São Paulo: Intermeios Cultural, 1, 223-246.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, Gênero e Dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação*. Curitiba: Appris

Anexos

Anexo A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Violência de gênero e seus dispositivos:

Uma análise articulada à distopia “O Conto da Aia”

Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Pesquisadora responsável: Profa. Dra.

Ana Flávia do Amaral Madureira

Pesquisadora assistente: Marina Moreira Antonucci de Carvalho

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo. Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo deste estudo é Analisar alguns dos dispositivos da violência de gênero e sua forma de manifestação na sociedade brasileira atual, de forma articulada ao cenário distópico da obra de Margaret Atwood, “O Conto da Aia”.
- Você está sendo convidado/a a participar exatamente por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa.

Procedimentos do estudo

- O procedimento consiste na participação em uma sessão de grupo focal, com a apresentação de um texto e vídeos previamente selecionados. A sessão do grupo focal será gravado em áudio, com o seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada em um local conveniente para o(a) participante.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de realização do grupo focal.
- Medidas preventivas serão tomadas durante a realização do grupo focal e a apresentação do vídeo para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que

serão apresentadas e que é esperado que o(a) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.

- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca da violência de gênero e suas formas de manifestação na sociedade brasileira atual.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente, Marina Moreira Antonucci de Carvalho, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/Uniceub, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _____.

Participante

Pesquisadora responsável: Ana Flávia do Amaral Madureira

Celular:(61) 99658-7755, E-mail: madureira.ana.flavia@gmail.com

Pesquisadora assistente: Marina Moreira Antonucci de Carvalho,

Celular: (61) 99249-6385, E-mail: marinaantonucci3@gmail.com

Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB

Bairro: Asa Norte

Cidade: Brasília - DF

CEP: 70790-075

Telefone p/contato: (61) 3966-1200

Anexo B

Roteiro do Grupo Focal

Primeiramente, será realizada uma breve apresentação entre os/as participantes e a pesquisadora, logo após, serão realizadas algumas perguntas iniciais para os/as participantes:

1. O que vocês entendem por Gênero?
2. Já ouviram falar sobre este assunto? Se sim, o que?
3. O que pensam sobre as discussões sobre Gênero em diferentes espaços da vida cotidiana?

A discussão terá continuidade a partir da leitura do pequeno texto a seguir, para a familiarização dos/as participantes com o enredo da obra literária “O Conto da Aia”:

A obra “O Conto da Aia” faz parte do gênero literário distópico mostrando uma sociedade que vive sob algum tipo de opressão. É classificada como ficção (científica) especulativa.

Escrito por Margaret Atwood e publicado em 1985, “O Conto da Aia” é um romance distópico que conta a história da República de Gilead, pelos olhos de Offred, uma Aia. Onde anteriormente eram os Estados Unidos da América, surge este Estado totalitário implantado por fundamentalistas religiosos após ataques que levaram às mortes do presidente e dos membros do congresso dos Estados Unidos.

Numa sociedade onde, em consequência de doenças, desastres ecológicos e acidentes radioativos, várias mulheres (e homens) ficaram estéreis, a principal preocupação do novo governo é a reversão da baixa taxa de natalidade. Com essa finalidade, as mulheres são divididas em diferentes categorias sociais, sendo elas, hierarquicamente: as Tias, as Esposas, as Marthas, as Econoesposas, as Aias e as Não-Mulheres. Cada categoria possui uma função, sendo a da Aia estritamente ligada à reprodução. O nome destinado a tais mulheres faz referência direta ao episódio bíblico no qual, incapaz de gerar herdeiros para Jacó, Raquel entrega sua aia para que ele a fecunde:

“Vendo Raquel não dava filhos a Jacó, teve inveja da sua irmã e disse a Jacó: Dá-me filhos, se não morro. Então se ascendeu a ira de Jacó contra Raquel e disse: Estou eu no lugar de Deus, que te impediu o fruto do teu ventre? E essa disse: Eis aqui minha serva Bila; coabita com ela pra que dê à luz sobre meus joelhos, e eu assim receba filhos por ela. Assim lhe deu Bila, sua serva, por mulher; e Jacó a possuiu. E concebeu Bila, e deu a Jacó um filho.”

(Gênesis 30:1-5)

Sendo assim, as Aias são designadas a um dos Comandantes, detentores de poder em Gilead, e têm como obrigação gerar crianças saudáveis para a sociedade por meio de uma

cerimônia (baseada no trecho anteriormente citado) realizada no seu dia fértil, onde a aia se deita ao colo da Esposa e segura suas mãos enquanto é fecundada pelo marido.

As Aias perdem o direito ao próprio nome, sendo chamadas pela união do pronome possessivo do inglês “of” (que em tradução direta significa “de”) ao nome do Comandante ao qual são designadas (sendo assim, o nome Offred significa “de Fred”).

Após ser entregue a cada um dos/as participantes uma folha com este breve texto, será exibido um vídeo com duração média de 18 minutos, editado a partir de trechos do primeiro, segundo e terceiro capítulos da primeira temporada da série.

O “Conto da Aia” (ou “The Handmaid's Tale”, em inglês) é uma série de televisão estadunidense criada por Bruce Miller, com base no romance de 1985 da escritora canadense Margaret Atwood. A série vem sendo premiada, vencendo 8 das 13 categorias a que foi indicada no Emmy Awards em 2017 e 2 das 3 categorias as quais foi indicada no Globo de Ouro de 2018, incluindo o prêmio de melhor série dramática em ambas as premiações.

Trechos a serem utilizados:

Primeiro Capítulo

16 minutos e 30 segundos até 19 minutos e 19 segundos: nesta cena as mulheres estão no Centro Vermelho e Tia Lydia explica a função das Aias naquela sociedade; há também um flashback para antes da época de Gilead em que Jane e Moira estão em uma festa em um parque.

26 minutos e 30 segundos até 28 minutos e 18 segundos: nesta cena, Janine está no Centro Vermelho, sentada no meio de uma roda, e as demais Aias tem que dizer que ela é a culpada por seduzir homens.

Segundo Capítulo

23 minutos e 13 segundos até 26 minutos e 44 segundos: nessa cena, mostra o nascimento da filha de Janine e como é diferente e simbólico o ritual do parto, muito

segregado entre Aias e Esposas, nos mais diversos aspectos: espaços a ocupar, funções a desempenhar, direitos.

36 minutos e 03 segundos até 36 minutos e 34 segundos: nessa cena, Offred entra no escritório de Fred e ele diz que ela pode olhar para ele, mas apenas dentro daquela sala essa regra pode ser flexibilizada, pois as Aias sempre devem permanecer de cabeça baixa, sem olhar nos olhos de seu Comandante.

Terceiro Capítulo

6 minutos e 0 segundos até 08 minutos e 27 segundos: nessa cena, há um flashback para antes da República de Gilead em que Jane é demitida do trabalho junto com todas as demais mulheres que trabalham com ela. Foi instituída uma nova lei: mulheres não podem trabalhar.

22 minutos e 46 segundos até 23 minutos e 47 segundos: nessa cena, há um flashback para antes da República de Gilead em que Jane e Moira descobrem que há uma nova lei em que mulheres não podem ter propriedades (dinheiro, casa, etc).

29 minutos e 08 segundos até 30 minutos e 51 segundos: nessa cena, Offred está sendo interrogada pois sua ex-companheira de compras, Ofglen/Emily, foi presa por ser considerada “Traidora de Gênero” (nome dado a comunidade LGBTQ+, uma vez que Emily era casada e tinha um filho com uma mulher).

34 minutos e 15 segundos até 37 minutos e 40 segundos: nessa cena, há um julgamento de Emily/Ofglen e uma Martha por serem “Traidoras de Gênero”.

Perguntas para o grupo:

- a) O que mais chamou a atenção de vocês na sinopse? Por quê?
- b) O que mais chamou a atenção de vocês no vídeo, em relação aos acontecimentos? Por quê?
- c) O que mais chamou a atenção de vocês no vídeo, esteticamente? Por quê?

- d) Acha que há alguma relação entre o enredo da série e a realidade atual da sociedade brasileira? Por quê?
- e) Como foi para você esta experiência?
- f) Vocês gostariam de acrescentar algo?

Anexo C

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Violência de Gênero e seus Dispositivos: Uma Análise Articulada à Distopia "O Conto da Aia"

Pesquisador: Ana Flávia do Amaral Madureira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 20277319.5.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.638.575

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa qualitativa que envolve a realização de uma sessão de grupo focal com os participantes, de forma integrada à apresentação de material audiovisual produzido a partir de cenas do primeiro, segundo e terceiro episódios da primeira temporada da série "O Conto da Aia".

Os participantes serão 6 pessoas maiores de idade, que não fazem parte de populações vulneráveis e que serão selecionados por meio da rede social e não mediante determinada instituição.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo da presente pesquisa consiste em analisar alguns dos dispositivos da violência de gênero e sua forma de manifestação na sociedade brasileira atual, de forma articulada ao cenário distópico da obra de Margaret Atwood, intitulada "O Conto da Aia".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo o pesquisador, a presente pesquisa apresenta baixo risco, apenas os inerentes ao procedimento de realização da sessão de grupo focal.

No que tange às medidas protetivas, "serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será apresentada a orientação de que não existem respostas certas ou respostas erradas e que é esperado que o/a participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

Continuação do Parecer: 3.638.575

Mesmo assim, caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento aos/às participantes, os/as mesmos/as não precisam realizá-lo."

Registra-se que, de acordo com a Resolução nº 510/2016, risco consiste na possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente. Ainda, conforme o art. 18 da Resolução citada, a definição e a gradação do risco resultam da apreciação dos seus procedimentos metodológicos e do seu potencial de causar danos maiores ao participante do que os existentes na vida cotidiana, em consonância com o caráter processual e dialogal dessas pesquisas.

Com efeito, trata-se de uma pesquisa com risco mínimo na medida em que implica tão somente a aplicação de um questionário a participantes que, conforme os dados do protocolo, não apresentam uma condição específica de vulnerabilidade. Sendo assim, a pesquisa não acarreta para o participante risco maior que os encontráveis na prática dos atos ordinários da vida cotidiana.

Em relação aos benefícios, o pesquisador enuncia que "ao participar da pesquisa vinculada ao projeto de pesquisa em questão, os/as participantes colaborarão com o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre o tema focalizado na pesquisa."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa proposta apresenta relevância social e acadêmica.

A pesquisa apresenta cronograma e orçamentos adequados do ponto de vista ético.

O currículo do pesquisador responsável está em consonância com a pesquisa a ser executada.

A presente pesquisa aplica procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes, dessa forma, em relação à análise ética desses procedimentos metodológicos essa implica tão somente a verificação dos riscos que ocasionam para o participante e o seu impacto sobre os direitos dos participantes, quais sejam: ser informado sobre a pesquisa; desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; ter sua privacidade respeitada; ter garantida a confidencialidade das informações pessoais; decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública; ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa. Ademais, sublinha-se que não cabe ao Sistema CEP/CONEP a análise do desenho metodológico em si.

Assim, considerando que os procedimentos metodológicos compreende os seguintes passos: "os instrumentos serão um roteiro com questões norteadoras e trechos de cenas da primeira

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

Continuação do Parecer: 3.638.575

temporada da série e trechos do livro “O Conto da Aia.”; constata que não há óbice ético, sob a ótica da Resolução nº 510/16, para a realização da presente pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A Folha de Rosto encontra-se devidamente preenchida e assinada.

O Registro de Consentimento Livre e Esclarecido apresenta linguagem adequada, bem como seu conteúdo contém todos os elementos exigidos no art. 17 da Resolução nº 510/16.

Recomendações:

Recomenda-se que o pesquisador observe o disposto no art. 28 da Resolução nº 510/16, quando à sua responsabilidade, que é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;

II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;

III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento;

IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; e

V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 3.620.103/19, tendo sido homologado na 16ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB do ano, em 20 de setembro de 2019.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

Continuação do Parecer: 3.638.575

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1426008.pdf	05/09/2019 16:31:53		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	05/09/2019 16:27:38	MARINA MOREIRA ANTONUCCI DE CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	05/09/2019 16:22:13	MARINA MOREIRA ANTONUCCI DE CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Violencia_de_Genero_e_seus_Dispositivos.pdf	02/09/2019 15:28:01	MARINA MOREIRA ANTONUCCI DE CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 13 de Outubro de 2019

Assinado por:
Marilia de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador(a))

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br